

# Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista.

PROJETO DE AMPLIAÇÃO

ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

Volume 3 – Anexos Técnicos

Dezembro 2022

## Nota de Apresentação

A empresa Engisaúde – Ambiente, Saúde e Formação, Lda., apresenta o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto de Ampliação da Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, localizada e Monte do Boi - Portela, freguesia de São Cipriano e Vil de Souto, concelho de Viseu e distrito de Viseu.

Do presente estudo fazem parte as seguintes peças:

- Resumo Não Técnico
- Relatório Técnico (correspondente ao presente volume), constituído por:
  - Capítulo 1 – Introdução
  - Capítulo 2 – Identificação do Estudo e respetiva Estrutura
  - Capítulo 3 – Objetivos e Justificação da Instalação
  - Capítulo 4 – Descrição da Instalação
  - Capítulo 5 – Caracterização Ambiental da zona em estudo
  - Capítulo 6 – Avaliação de impactes Ambientais
  - Capítulo 7 – Medidas de Minimização de Impactes
  - Capítulo 8 – Monitorização
  - Capítulo 9 – Conclusões
  - Capítulo 10 – Lacunas de Informação
- Anexos Técnicos
- Peças Desenhadas

Viseu, dezembro 2022

Índice

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>Documentos Administrativos.....</b>	<b>5</b>
<b>3</b>	<b>Solos e Capacidade de Uso dos Solos.....</b>	<b>15</b>
3.1	A formação do Solo.....	15
3.2	Caracterização dos Solos presentes na área em estudo.....	16
3.2.1	Cambissolos humicos (Solos Litólicos Humicos).....	16
3.2.1.1	Descrição geral das Famílias.....	16
3.2.1.1.1	Dados analíticos físicos e químicos.....	16
3.2.1.1.2	Considerações sobre a génese.....	17
<b>4</b>	<b>Recursos Hídricos e Qualidade da Água.....</b>	<b>18</b>
4.1	Qualidade da Água.....	18
4.1.1	Análise da água.....	18
4.1.2	Implicações tóxicas.....	18
4.1.2.1	Poluição das águas.....	18
4.1.2.1.1	Metais pesados e compostos orgânicos voláteis.....	18
4.1.2.1.2	"Águas duras".....	20
4.1.2.2	Desinfeção das águas.....	20
4.1.2.2.1	Compostos de amónio quaternário.....	20
4.1.3	Nutrientes.....	20
4.1.4	Matéria Orgânica.....	21
4.1.5	Chuvas Ácidas.....	22
4.2	Declaração da Camara Municipal.....	24
<b>5</b>	<b>Qualidade do Ar.....</b>	<b>26</b>
5.1	Principais Fontes e Efeitos dos Poluentes Analisados.....	26
<b>6</b>	<b>Sistemas Ecológicos.....</b>	<b>27</b>
6.1	Flora e Vegetação.....	27
6.1.1	Vegetação Potencial.....	27
6.2	Fauna.....	31
6.2.1	Valorização das espécies que potencialmente ocorrem na área em estudo.....	31
6.2.2	Elenco Faunístico das espécies passíveis de existirem na área em estudo.....	33
6.2.2.1	Aves.....	33
6.2.2.2	Mamíferos.....	35
6.2.2.3	Herpetofauna.....	36
<b>7</b>	<b>Património.....</b>	<b>36</b>
	<b>CARACTERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL.....</b>	<b>37</b>
	<b>(Descrição das características principais de cada Ocorrência Patrimonial).....</b>	<b>37</b>
	<b>CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL.....</b>	<b>39</b>
	<b>AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO.....</b>	<b>40</b>
7.1	Registo Cartográfico.....	42
7.2	Cópia do ofício de autorização para a realização dos trabalhos.....	46
7.3	Ficha de Sítio.....	49
7.4	Registo Cartográfico.....	50
<b>8</b>	<b>Comprovativos de recolha de Resíduos e Subprodutos.....</b>	<b>53</b>
<b>9</b>	<b>Áreas Regulamentares.....</b>	<b>57</b>

# 1 Introdução

No presente documento apresenta-se o Volume 3 - Anexos Técnicos – do Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Projeto de Ampliação da Exploração Avícola do Exploração Hugo Henrique Figueiredo Baptista, localizada na freguesia de São Cipriano, concelho de Viseu.

O proponente do Projeto de Ampliação da exploração avícola Hugo Henrique Figueiredo Batista, é Hugo Henrique Figueiredo Baptista, com número de identificação fiscal (NIF) 245.294.899, sede social na Rua Principal, Sarzedelo, São Cipriano, 3510-736 Viseu, no concelho de Viseu, distrito de Viseu.

## 2 Documentos Administrativos



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
DO MAR, DO AMBIENTE  
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### TÍTULO DE EXPLORAÇÃO (Classe 2)

761 / 2013

Processo nº 017892/02/C Data do Pedido: 2013-03-11

Nos termos do n.º 1 do Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 214/2008 de 10 de Novembro, que aprova o Regime de Exercício da Actividade Pecuária - REAP - é concedido o presente Título de Exploração à actividade pecuária, abaixo identificada.

São condições para o exercício da actividade as disposições abaixo estabelecidas.

#### 1. Identificação do Requerente / Titular

Nome/Designação Social: HUGO HENRIQUE FIGUEIREDO BAPTISTA - NIF: 245294899  
Morada/Sede Social: RUA PRINCIPAL, 6, SARZEDELO  
Código Postal: 3510 / 736 - SÃO CIPRIANO VIS  
NIFAP: 7838637

#### 2. Caracterização da Actividade / Exploração Pecuária

Denominação: HUGO HENRIQUE FIGUEIREDO BAPTISTA - NRE: 7099398  
Localização (concelho/ freguesia/local): VISEU, SAO CIPRIANO, S.CIPRIANO

NP	Espécie/Área animal	Sistema de exploração	Tipo de Produção	Capacidade (CN)	Marca
01	Aves	Intensivo	Produção de carne	239,4	PTHW4Y9-V

3. **Condicionantes:** Parecer ACT ULViseu Ref. 7779/2013/DRAPC de 26-03-2013; Parecer DGAV/DSAVRC Ref. 8357/2013/DRAPC de 01-04-2013; Parecer ARSCentro, I.P. Ref. 9870/2013/DRAPC de 15-04-2013; Parecer APA Ref. 10389/2013/DRAPC de 18-04-2013. Mantem-se o Parecer nº 252/DOAI-AV/2012 da DRAPC de 29-08-2012 anexo ao Título de Exploração nº 1427/2012 de 31-08-2012.

4. **Observações:** A manutenção deste título de exploração está condicionada ao cumprimento das disposições legais inerentes às respectivas actividades, especificamente as constantes do Decreto-Lei 214/2008 de 10 de Novembro e respectivas Portarias Regulamentares.

5. **Prazo para Reexame:** 2020-04-23

Castelo Branco, 23 de Abril de 2013

A Diretora Regional

Adelina M. Machado Martins

Mod. 18 Reap

DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO  
SEDE: Rua Amato Lusitano, Lote 3 6000-150 CASTELO BRANCO

Tel.+351 272 348 600/73 | Fax. 272 348 625 | EMAIL: drapc@drapc.min-agricultura.pt | www.drapc.min-agricultura.pt | NIF n.º 600082466



câmaramunicipaldeviseu

**ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 294 /2013**

Processo n.º 09 / 2012 / 135

Nos termos do n.º 3 de artigo 74º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção da Lei n.º 26/2010 de 30 de Março é emitido o alvará de autorização de utilização n.º 294 / 2013 em nome de **HUGO HENRIQUE FIGUEIREDO BAPTISTA** portador do B.I. n.º 13378298 e contribuinte 245294899.

O presente alvará titula a autorização de utilização do Aviário sito em Monte Boi, da freguesia de São Cipriano, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial Viseu, sob o n.º 627 e inscrito na matriz sob o n.º 3803 da respectiva freguesia, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 306, emitido em 22/11/2012 em nome de Hugo Henrique Figueiredo Baptista.

A utilização foi aprovada por despacho de 13/08/2013, e respeita o disposto do PDM.

- **O Técnico responsável pela direcção técnica da obra foi:**  
Pedro Alexandre Sousa de Freitas, inscrito na(o) Ordem Engenheiros sob o n.º 61463.

- **Os autores dos projectos foram:**  
José Manuel Figueiredo Baptista, inscrito na(o) Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos sob o n.º 10633.

A Utilização destina-se a, **Atividade Agropecuária (Aviário)**, de acordo com quadro anexo.

Dado e passado para que sirva de título ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção da Lei n.º 26/2010 de 30 de Março.

**Por Delegação do Presidente da Câmara**

**Prof. ANTÓNIO DA TUNHA LEMOS - VEREADOR**

Pago por Guia N. 414 de 16/08/2013  
Visu. 01-09-2013

**Responsável Pelo Serviço**  
**ANIBAL JOSÉ DO NASCIMENTO CORVEIRA DOS SANTOS**  
Coordenador Técnico

*Tenuanda Vongado*



câmaramunicipaldeviseu

**ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO N.º 279 /2013**

Processo n.º 09 / 2012 / 134

Nos termos do n.º 3 de artigo 74º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção da Lei n.º 26/2010 de 30 de Março é emitido o alvará de autorização de utilização n.º 279 / 2013 em nome de **HUGO HENRIQUE FIGUEIREDO BAPTISTA**, portador do B.I. n.º 13378298 e contribuinte 245294899.

O presente alvará titula a autorização de utilização do Aviário sito em Monte do Boi, da freguesia de São Cipriano, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial Viseu, sob o n.º 2854 e inscrito na matriz sob o n.º 3802 da respectiva freguesia, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 307, emitido em 22/11/2012 em nome de Hugo Henrique Figueiredo Baptista .

A utilização foi aprovada por despacho de 06/08/2013, e respeita o disposto do PDM.

- **O Técnico responsável pela direcção técnica da obra foi:**

Pedro Alexandre Sousa de Freitas, inscrito na(o) Ordem Engenheiros sob o n.º 61463 .

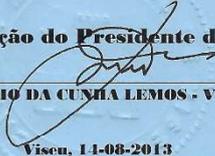
- **Os autores dos projectos foram:**

José Manuel Figueiredo Baptista, inscrito na(o) Associação Nacional dos Engenheiros Técnicos sob o n.º 10633.

A Utilização destina-se a **Atividade Agropecuária (Aviário)**, de acordo com quadro anexo.

Dado e passado para que sirva de titulo ao requerente e para todos os efeitos prescritos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção da Lei n.º 26/2010 de 30 de Março.

**Por Delegação do Presidente da Câmara**

  
Prof. ANTÓNIO DA CUNHA LEMOS - VEREADOR

Viseu, 14-08-2013

Pago por Guia N. 408 de 08/08/2013

**O Responsável Pelo Serviço**  
ANIBAL JOSÉ DO NASCIMENTO CORVEIRA DOS SANTOS

Pol  
Coordenador Técnico





DIREÇÃO MUNICIPAL DE  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E  
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Exmo. Senhor  
Hugo Henrique Figueiredo Batista

Rua Principal Nº 6 - Sarzedelo  
3510-736 Viseu

**REGISTADO**

**ASSUNTO:** Ampliação de uma instalação agropecuária - alteração

**PROCESSO:** 17.04.03/2019/15127

**REQUERENTE:** Hugo Henrique Figueiredo Batista

**LOCAL:** Portela - S. Cipriano e Vil de Soito- Viseu

**PROCEDIMENTO:** APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA

Fica, por este meio, notificado V. Exa do despacho de aprovação do projeto de arquitetura referente à operação urbanística identificada em título, exarado pela Sra. Vereadora Dr.ª Mara Almeida, no uso de competências subdelegadas.

O despacho foi proferido em 15.11.2022, com os fundamentos de facto e de direito constantes da informação, dos Serviços Técnicos da Divisão de Gestão Urbana da DMOTDE - nº 597B/2022FB, de 09.11.2022, da qual se anexa cópia

Neste contexto, e nos termos do nº 4 do artº 20º do Decreto-Lei nº 555/99, na sua atual redação, deve apresentar, no prazo de **seis meses\***, a contar da presente notificação, os projetos das especialidades, previstos no n.º16 do Cap. III, Anexo I da Portaria n.º113/2015, de 22 de abril, seguintes:

<b>Designação do Projeto</b>
Projeto de estabilidade que inclua o projeto de escavação e contenção periférica.
Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica e projeto de instalação de gás, quando exigível, nos termos da lei;
Projeto de redes prediais de água e esgotos;
Projeto de águas pluviais;
Projeto de Arranjos Exteriores, quando exista logradouro privativo não pavimentado;
Projeto de infraestruturas de telecomunicações;
Certificado energético e demais elementos previstos na Portaria n.º 349-C/2013, de 2 de dezembro, alterada (a partir de 21/11/2015) pela Portaria n.º 405/2015, de 20 de novembro;
Projeto de segurança contra incêndios em edifícios;
Projeto de condicionamento acústico;
Projeto de AVAC;
A par dos projetos de especialidades, e por forma a não implicar o município na realização de trabalhos por este não previstos, o que poderá ser um motivo de indeferimento da pretensão, face ao disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 24.º do D.L. 555/99, de 16/12, na sua atual redação, deverá apresentar orçamento referente aos trabalhos de infraestruturização da área de cedência a integrar no domínio público, propondo-se assim e conforme o determinado superiormente que seja elaborado um contrato relativo ao cumprimento das obrigações assumidas, incluindo-se a prestação de caução para esse efeito, nos termos do n.º 3, do art.º 25.º, do D.L. 555/99, de 16/12, na sua atual redação.



DIREÇÃO MUNICIPAL DE  
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E  
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

(...)

Cumprimentos.

A Chefe da U.O. de Suporte Técnico Administrativo, da DMOTDE,  
No uso de poderes subdelegados (Despacho 04/DMOTDE/2021)

  
Cândida Fernandes

\* Nos termos do nº 6 do citado artº 20º, a falta de apresentação dos projetos das especialidades dentro do prazo de seis ou daquele que resultar de prorrogação concedida, implica a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, findo o qual é declarada a caducidade após efetivação de prévio procedimento de audiência prévia, nos termos dos artºs 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

Nota: Formulário disponível em [www.cm-viseu.pt](http://www.cm-viseu.pt)

EDOC/2022/55155 | Alexandra Bulhosa | 17.11.2022

2/2

Câmara Municipal de Viseu

urbanismo@cmviseu.pt

Phone

Praça da República  
3514 - 501 Viseu

[www.cm-viseu.pt](http://www.cm-viseu.pt)

T +351 232 427 427

[www.facebook.com/municipioviseu](https://www.facebook.com/municipioviseu)

Fax

F +351 232 423 112

 <b>AT</b> autoridade tributária e aduaneira	<b>CADERNETA PREDIAL URBANA</b> SERVIÇO DE FINANÇAS: 2720 - VISEU
---	--

**IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO**

**DISTRITO:** 18 - VISEU **CONCELHO:** 23 - VISEU **FREGUESIA:** 40 - SÃO CIPRIANO E VIL DE SOUTO  
**ARTIGO MATRICIAL:** 1435 NIP:

**TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS**

**DISTRITO:** 18 - VISEU **CONCELHO:** 23 - VISEU **FREGUESIA:** 40 - SÃO CIPRIANO E VIL DE SOUTO **Tipo:**  
URBANO  
**Artigo:** 1420

**LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO**

**Av./Rua/Praça:** Quinta Monte Boi **Lugar:** Portela de São Cipriano **Código Postal:** 3510-735 SÃO CIPRIANO VIS

**CONFRONTAÇÕES**

**Norte:** Jose Lemos de Almeida Campos **Sul:** Caminho **Nascente:** Jose Dias da Silva **Poente:** Jose Fernandes

**DESCRIÇÃO DO PRÉDIO**

**Tipo de Prédio:** Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente  
**Afectação:** Armazéns e actividade industrial **Nº de pisos:** 1 **Tipologia/Divisões:** 4

**ÁREAS (em m<sup>2</sup>)**

**Área total do terreno:** 29.268,0000 m<sup>2</sup> **Área de implantação do edifício:** 1.358,0000 m<sup>2</sup> **Área bruta de construção:** 1.358,0000 m<sup>2</sup> **Área bruta dependente:** 98,0000 m<sup>2</sup> **Área bruta privativa:** 1.260,0000 m<sup>2</sup>

**DADOS DE AVALIAÇÃO**

**Ano de inscrição na matriz:** 2015 **Valor patrimonial actual (CIMI):** €188.414,40 **Determinado no ano:** 2021

**Tipo de coeficiente de localização:** Indústria **Coordenada X:** 212.785,00 **Coordenada Y:** 408.887,00

$$\frac{Vt^*}{184.720,00} = \frac{Vc}{603,00} \times \frac{A}{1.379,8600} \times \frac{Ca}{0,60} \times \frac{Cl}{0,50} \times \frac{Cq}{0,740} \times \frac{Cv}{1,00}$$

Vt = valor patrimonial tributário, Vc = valor base dos prédios edificados, A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação, Ca = coeficiente de afectação, Cl = coeficiente de localização, Cq = coeficiente de qualidade e conforto, Cv = coeficiente de vetustez, sendo  $A = (Aa + Ab) \times Caj + Ac + Ad$ , em que Aa representa a área bruta privativa, Ab representa as áreas brutas dependentes, Ac representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação, Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação,  $(Aa + Ab) \times Caj = 400 \times 1,0 + 0,90 \times (1000 - 400) + 0,85 \times (Aa + Ab - 1.000,0000)$ .

Tratando-se de terrenos para construção, A = área bruta de construção integrada de Ab.  
\* Valor arredondado, nos termos do nº2 do Art.º 38º do CIMI.

**Mod 1 do IMI nº:** 6547518 **Entregue em :** 2014/11/10 **Ficha de avaliação nº:** 9966552 **Avaliada em :**  
2014/12/03

**TITULARES**

**Identificação fiscal:** 245294899 **Nome:** HUGO HENRIQUE FIGUEIREDO BAPTISTA

**Morada:** R PRINCIPAL Nº 6, SARZEDELO, 3510-736 SÃO CIPRIANO VIS

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/1 **Documento:** MODELO 1 DO IMI **Entidade:** Modelo 1 do IMI Nº  
6547518

 <b>AT</b> autoridade tributária e aduaneira	<b>CADERNETA PREDIAL URBANA</b> SERVIÇO DE FINANÇAS: 2720 - VISEU
---	--

Obtido via internet em 2022-02-10

O Chefe de Finanças



(Laura Mendes Pinto Oliveira)

**ELEMENTOS PARA A VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO**

**NIF EMISSOR:** 245294899

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**

CRD5TRUHM5SA



Para validar este comprovativo aceda ao site em [www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt), opção Serviços>Outros Serviços>Validação de Documento e introduza o nº de contribuinte e código de validação indicados ou faça a leitura do código QR fornecido. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.

 <b>AT</b> autoridade tributária e aduaneira	<b>CADERNETA PREDIAL URBANA</b> SERVIÇO DE FINANÇAS: 2720 - VISEU
---	--

**IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO**

**DISTRITO:** 18 - VISEU **CONCELHO:** 23 - VISEU **FREGUESIA:** 40 - SÃO CIPRIANO E VIL DE SOUTO  
**ARTIGO MATRICIAL:** 1421 NIP:

**TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS**

**DISTRITO:** 18 - VISEU **CONCELHO:** 23 - VISEU **FREGUESIA:** 26 - S. CIPRIANO (EXTINTA) **Tipo:** URBANO  
**Artigo:** 1290

**LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO**

**Av./Rua/Praça:** Rua Monte de Boi **Lugar:** Portela **Código Postal:** 3510-735 SÃO CIPRIANO VIS

**CONFRONTAÇÕES**

**Norte:** João do Rego Neto **Sul:** Caminho Público **Nascente:** Manuel Lopes Pais **Poente:** João da Conceição Lopes

**DESCRIÇÃO DO PRÉDIO**

**Tipo de Prédio:** Prédio em Prop. Total sem Andares nem Div. Susc. de Utiliz. Independente

**Afectação:** Armazéns e actividade industrial **Nº de pisos:** 1 **Tipologia/Divisões:** 4

**ÁREAS (em m²)**

**Área total do terreno:** 32.144,8200 m² **Área de implantação do edifício:** 1.078,0000 m² **Área bruta de construção:** 1.078,0000 m² **Área bruta dependente:** 84,0000 m² **Área bruta privativa:** 994,0000 m²

**DADOS DE AVALIAÇÃO**

**Ano de inscrição na matriz:** 2013 **Valor patrimonial actual (CIMI):** €157.681,80 **Determinado no ano:** 2021

**Tipo de coeficiente de localização:** Indústria **Coordenada X:** 212.736,00 **Coordenada Y:** 408.947,00

Vt*	=	Vc	x	A	x	Ca	x	Cl	x	Cq	x	Cv
154.590,00	=	603,00	x	1.154,7741	x	0,60	x	0,50	x	0,740	x	1,00

Vt = valor patrimonial tributário, Vc = valor base dos prédios edificados, A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação, Ca = coeficiente de afectação, Cl = coeficiente de localização, Cq = coeficiente de qualidade e conforto, Cv = coeficiente de vetustez, sendo A = (Aa + Ab) x Caj + Ac + Ad, em que Aa representa a área bruta privativa, Ab representa as áreas brutas dependentes, Ac representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação, Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação, (Aa + Ab) x Caj = 400 x 1,0 + 0,90 x (1000 - 400) + 0,85 x (Aa + Ab - 1.000,0000).

Tratando-se de terrenos para construção, A = área bruta de construção integrada de Ab.

\* Valor arredondado, nos termos do nº2 do Art.º 38º do CIMI.

**Mod 1 do IMI nº:** 6359512 **Entregue em :** 2013/09/18 **Ficha de avaliação nº:** 9692297 **Avaliada em :**

2013/09/25

**TITULARES**

**Identificação fiscal:** 245294899 **Nome:** HUGO HENRIQUE FIGUEIREDO BAPTISTA

**Morada:** R PRINCIPAL Nº 6, SARZEDELO, 3510-736 SÃO CIPRIANO VIS

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/1 **Documento:** MODELO 1 DO IMI **Entidade:** Modelo 1 do IMI Nº 6359512

 <b>AT</b> autoridade tributária e aduaneira	<b>CADERNETA PREDIAL URBANA</b> SERVIÇO DE FINANÇAS: 2720 - VISEU
---	--

Obtido via internet em 2022-02-10

O Chefe de Finanças



(Laura Mendes Pinto Oliveira)

**ELEMENTOS PARA A VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO**

**NIF EMISSOR:** 245294899  
**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**  
B9EW89TGF4RX



Para validar este comprovativo acesse o site em [www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt), opção Serviços>Outros Serviços>Validação de Documento e introduza o nº de contribuinte e código de validação indicados ou faça a leitura do código QR fornecido. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.

 <b>AT</b> autoridade tributária e aduaneira	<b>CADERNETA PREDIAL RÚSTICA</b> <b>Modelo A</b> SERVIÇO DE FINANÇAS: 2720 - VISEU
---	--

**IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO**

**DISTRITO:** 18 - VISEU **CONCELHO:** 23 - VISEU **FREGUESIA:** 40 - SÃO CIPRIANO E VIL DE SOUTO  
**SECÇÃO:** ARTIGO MATRICIAL Nº: 5917 **ARV:**

**TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS**

**Freguesia:** 182326 **Tipo:** R **Secção:** Artigo: 3809 **Arv/Col:**

**NOME/LOCALIZAÇÃO PRÉDIO**

Monte do Boi

**CONFRONTAÇÕES DO PRÉDIO**

**Norte:** Caminho fazendeiro **Sul:** Agostinho Marcos e Mario Figueiredo  
**Nascente:** Joao de Figueiredo **Poente:** Caminho fazendeiro

**ELEMENTOS DO PRÉDIO**

**Ano de inscrição na matriz:** 1967 **Valor Patrimonial Inicial:** €54,67  
**Valor Patrimonial Actual:** €78,73 **Determinado no ano:** 1989  
**Área Total (ha):** 0,998600  
**Descrição:** Um pinhal com mato.

**TITULARES**

**Identificação fiscal:** 245294899 **Nome:** HUGO HENRIQUE FIGUEIREDO BAPTISTA  
**Morada:** R PRINCIPAL Nº 6, SARZEDELO, 3510-736 SÃO CIPRIANO VIS

**Tipo de titular:** Propriedade plena **Parte:** 1/1 **Documento:** IMPOSTO DE SELO **Entidade:** PIS  
2687194/2687193

Obtido via internet em 2022-03-31

O Chefe de Finanças



(Laura Mendes Pinto Oliveira)

**ELEMENTOS PARA A VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO**

**NIF EMISSOR:** 245294899  
**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:**  
YH2NFJSHQQUP



Para validar este comprovativo acesse ao site em [www.portaldasfinancas.gov.pt](http://www.portaldasfinancas.gov.pt), opção Serviços->Outros Serviços->Validação de Documento e introduza o nº de contribuinte e código de validação indicados ou faça a leitura do código QR fornecido. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.

## 3 Solos e Capacidade de Uso dos Solos

O conceito de solo pode ser diferente de acordo com o objectivo mais imediato da sua utilização. Para o agricultor e o agrónomo esse conceito destacará suas características de suporte da produção agrícola. Para o engenheiro civil, o solo é importante por sua capacidade de suportar cargas ou de transformar-se em material de construção. Para o engenheiro de minas, o solo é importante como jazida mineral ou como o material solto que cobre e dificulta a exploração dessa jazida.

De um modo geral o solo pode ser conceituado como um manto superficial formado por rocha desagregada e, eventualmente, cinza vulcânicas, em mistura com matéria orgânica em decomposição, contendo ainda água e ar em proporções variáveis e organismos vivos.

### 3.1 A formação do Solo

Como parte integrante de um ecossistema é possível, em uma escala de tempo geológico, identificar em um solo o que se denomina de ‘sucessão’, ou seja, o conjunto de estágios de equilíbrio pelos quais passa esse ecossistemas até atingir o ‘climax’.

A formação dos solos é resultante da acção de cinco factores: clima (pluviosidade, humidade, temperatura, etc), natureza dos organismos (vegetação, microrganismos decompositores, animais), material de origem, relevo e idade.

Na sua actuação, os quatro primeiros factores imprimem, ao longo do tempo (idade), características que definem os estágios de sucessão por meio de sua profundidade, composição e propriedades e do que se denomina ‘horizontes do solo’. A Figura 1 esquematiza a forma como ocorre esse processo. Para determinadas condições de relevo, organismos presentes e material de origem, o intemperismo aumenta continuamente a profundidade do solo a velocidade crescentes com a pluviosidade, a humidade e a temperatura. No solo formado à superfície começam a estabelecer-se os vegetais e microrganismos. A lixiviação (transporte por meio da água que infiltra e percola no solo) faz a translocação das fracções mais finas do solo (argilas, especialmente) e a remoção de sais minerais. As fracções mais grossas (arenosas) permanecem na parte superior. Em consequência, formam-se estratos com aparência diferente, constituindo os horizontes.

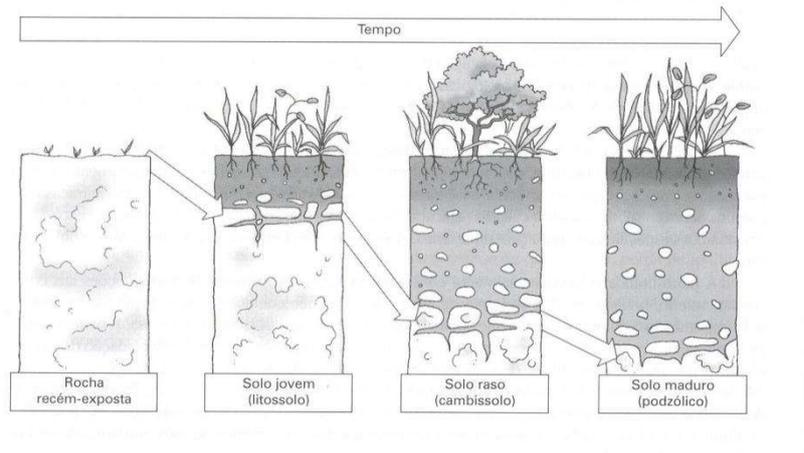


Figura 1: Formação de um Solo e diferenciação de horizontes

## 3.2 Caracterização dos Solos presentes na área em estudo

### 3.2.1 Cambissolos humicos (Solos Litólicos Humicos)

#### 3.2.1.1 Descrição geral das Famílias

Os Solos Litólicos derivados do grés de Silves e os de rochas ferruginosas devem a sua cor vermelha à rocha-mãe; são, pois, solos litocrómicos. O estudo micromorfológico dos primeiros revela que o processo de rubefacção (e até talvez o de laterização) actuou em épocas remotas sobre os materiais que vieram a dar origem aos solos pouco evoluídos actuais.

Estes solos desenvolvem-se geralmente em relevo normal.

##### 3.2.1.1.1 Dados analíticos físicos e químicos

A textura dos horizontes é relativamente grosseira e indicadora de alteração reduzida, não havendo indícios de argiluviação.

A acumulação de matéria orgânica no horizonte superficial é acentuada, decrescendo a sua percentagem rapidamente com a profundidade.

A relação C/N é relativamente elevada, parecendo que o húmus se aproxima muito dos tipos "mull" ácido, ou mesmo "moder", e pouco decresce com a profundidade. A micromorfologia confirmou a existência de "moder mulliforme".

A capacidade de troca de catiões é bastante baixa devido à relativamente pequena quantidade de colóides, apesar da elevada percentagem de matéria orgânica. O hidrogénio de troca domina entre todos os catiões, seguindo-se-lhe o cálcio. Os valores de magnésio de troca são muito baixos e os de potássio (na 1ª camada) e sódio relativamente elevados, especialmente os últimos. A percentagem de saturação é bastante baixa e diminui com a profundidade.

A percentagem de ferro livre é praticamente constante ao longo do perfil, não parecendo, portanto, haver migração deste elemento.

A expansibilidade é nula ou muito baixa. A porosidade da terra fina é apreciável e a permeabilidade é moderada em todos os horizontes. A microestrutura apresenta grande estabilidade. A capacidade de campo é elevada. O cálculo da água disponível nos primeiros 50 cm do solo mostra que cerca de 140 mm de água podem ser utilizados pelas plantas, o que indica que a capacidade utilizável é muito alta.

As elevadas percentagens de feldspatos na fracção leve e de hornblenda na fracção pesada são sintomas seguros do pouco avançado grau de meteorização do solo. A reserva mineral é, portanto, elevada. Apesar de se não ter encontrado zircão na amostra do horizonte C, não se pode pôr em dúvida a identidade da "suite" mineralógica em todo o perfil do solo. É de salientar a elevadíssima percentagem de minerais pesados na fracção areia fina do primeiro horizonte superficial.

A análise química favorece a hipótese da presença de materiais, possivelmente ilite. O cálculo teórico da capacidade de troca da argila conduziu a um valor muito elevado (100 m.e./100g). A análise térmica diferencial reforça também a possibilidade da presença de ilite por o valor de P ser cerca de 22 mm; e de E é ligeiramente inferior a 1. Um S muito maior que 2,5 aponta a possibilidade da presença de halosite. (S = 4,5). "Goethite" ou gibbsite parecem estar também presentes. Na difracção por raios X encontraram-se riscas típicas de caulinite (ou halosite) e também da ilite, faltando a esta, porém, a risca de 10 Å do plano 001; acontece ainda que a maioria das riscas que podem atribuir-se à ilite são comuns à caulinite. Não se encontraram riscas da gibbsite ou da "goethite".

Julga-se, em face de todos os elementos reunidos, poder concluir que existem, nesta amostra, halosite e/ou caulinite mal cristalizada e possivelmente ilite e óxidos de ferro.

#### 3.2.1.1.2 Considerações sobre a génese

Os Solos Litólicos Húmicos são, solos pouco evoluídos de perfil AC ou ABC, formados a partir de rochas não calcárias, em que o horizonte A1 é húmico e o B do tipo "cambic".

A acumulação de matéria orgânica no horizonte superficial é principalmente devida à sua relativamente pequena velocidade de decomposição provocado pelas baixas temperaturas dominantes durante grande parte do ano nas altitudes em que estes solos aparecem. O horizonte A1 é constituído por uma mistura de matéria orgânica mais ou menos humificada e de pequenos fragmentos, em estado de fina divisão muito diverso, de rocha-mãe não muito alterada.

A meteorização física da rocha originária predomina muito sobre a alteração química, peio que não abundam os colóides minerais. A formação de argila é assim pequena ou nula, a acidificação é média e a migração de substâncias é reduzida.

É a matéria orgânica que imprime ao solo as suas propriedades mais importantes. A nutrição mineral das plantas deve fazer-se em boa parte directamente à custa dos minerais parcialmente alterados das fracções limo e areia fina, os quais constituem os chamados agregados policristalinos estudados por Mc Aleese et al.

## 4 Recursos Hídricos e Qualidade da Água

### 4.1 Qualidade da Água

O suprimento de água limpa e fresca em quantidade adequada é de grande importância pelas funções que exerce no organismo da ave.

Há numerosos fatores que determinam a qualidade da água da bebida. Entre eles destacam-se a contaminação bacteriana, a acidez (expressa pelo pH) e os minerais dissolvidos. Algumas impurezas que se podem encontrar na água são: bactérias coliformes, alumínio, selénio, sódio, ferro, nitritos, nitratos, etc.

#### 4.1.1 Análise da água

A água pode ser contaminada por vários compostos, com implicações tóxicas. Para despiste destas situações, estão indicadas análises periódicas à água, avaliando certos parâmetros como cor, dureza, minerais, nitrogénio, pH e turvação.

#### 4.1.2 Implicações tóxicas

##### 4.1.2.1 Poluição das águas

###### 4.1.2.1.1 Metais pesados e compostos orgânicos voláteis

Os metais pesados e os compostos orgânicos voláteis emitidos pelas indústrias, pelo tráfego, pelas práticas agrícolas, pelos lixos municipais e por outros locais que libertem substâncias nocivas para o meio ambiente, têm provocado em muitos países uma forte contaminação da água do solo.

Foi realizado um estudo em que galinhas foram expostas a arsénico, cádmio, chumbo, benzeno e tricloroetileno, presentes na água de bebida contaminada, de forma a avaliar o efeito tóxico, tanto orgânico como sistémico, que estes tóxicos exercem sobre as aves, assim como o efeito que estas substâncias exercem sobre a actividade reprodutiva, a qualidade dos ovos e que tipo de toxicidade é susceptível de ocorrer a nível de embriões.

- Efeitos sobre o peso corporal:

Tanto níveis altos como níveis baixos destes contaminantes induziram uma diminuição no consumo de alimento o que, provavelmente, se deve à presença do chumbo, já que a anorexia é um sinal clássico de toxicose por este elemento. O chumbo, juntamente com o cádmio, provoca também um decréscimo do peso corporal. O arsénico provoca diminuição do peso corporal e da produção de ovos em galinhas poedeiras.

- Efeitos sobre o sistema imunitário:

Notou-se uma relação entre o aumento da concentração dos contaminantes e o decréscimo dos títulos de hemaglutinação e dos níveis de anticorpos que reagem com as RRBC (Rabbit Red Blood Cells) no soro da galinha, reflectindo este último a supressão das células B. Por outro lado, verificou-se uma supressão da função das

células B timo-dependentes nas galinhas expostas a um aumento da concentração química na água da bebida [comprovado pela diminuição da produção de anticorpos após estímulo com SRBC (Sheep Red Blood Cells)].

Para alguns investigadores, a presença de benzeno e chumbo na água da bebida pode causar supressão da formação de anticorpos por interferir com a função dos linfócitos Thelper.

- Histopatologia:

A atrofia da Bolsa de Fabricius ocorreu em todas as galinhas expostas à água contaminada.

Em galinhas expostas quer a baixas quer a elevadas concentrações da mistura química na água da bebida, observaram-se, igualmente, lesões necróticas na moela, assim como hemorragias equimóticas no intestino.

- Concentração residual dos metais pesados:

A concentração de cádmio e de chumbo nos órgãos aumenta numa relação dose-dependente, sendo a de chumbo mais elevada no osso, seguida pela sua concentração no rim e fígado. A concentração de cádmio é mais elevada no fígado seguida pelo rim. As concentrações de cádmio no osso da galinha eram abaixo do limite de detecção.

Uma nota importante neste primeiro estudo foi o facto de que as concentrações de contaminantes utilizadas eram de valores abaixo daquelas encontradas na água e nas amostras de solo recolhidas junto às áreas poluídas onde elas normalmente se encontram.

Numa segunda fase deste estudo, pretendeu-se mostrar os efeitos que a água de bebida contendo a mistura destes químicos, é capaz de provocar na actividade reprodutiva, sendo esta determinada pela diminuição da produção de ovos, pela diminuição do peso dos ovos e pelo aumento da mortalidade embrionária. As concentrações utilizadas neste estudo foram aquelas que são normalmente encontradas nas regiões anteriormente referidas.

Os mesmos estudos já foram realizados com ratos e não resultaram em alterações da performance reprodutiva, ao contrário do que aconteceu com o mesmo estudo em galinhas, o que implica uma maior sensibilidade do sistema reprodutor das galinhas aos contaminantes da água. Salienta-se o facto de se terem verificado a presença de cádmio e chumbo quer no albúmen quer no vitelo do ovo.

Já em estudos feitos anteriormente se havia verificado que o tricloroetileno era uma substância capaz de provocar malformações cardíacas (defeitos septais, anomalias no músculo cardíaco, canais atrio-ventriculares defeituosos). Sabe-se hoje que é necessário que a concentração de tricloroetileno seja de 2 ppm para que ocorram estas malformações (superior à concentração encontrada nas regiões poluídas).

Deste modo, cada químico individualmente não consegue ser responsável pelas alterações da actividade reprodutora, uma vez que a exposição a múltiplos químicos pode resultar em efeitos de adição, sinergismo ou antagonismo.

#### 4.1.2.1.2 "Águas duras"

"Águas duras" é uma designação vulgar que se atribuiu à água com elevado conteúdo em sais de Ca e Mg. Uma concentração de cálcio superior a 600 ppm pode dar origem a melhores conversões e pesos, diminuindo, no entanto, a viabilidade dos produtos. Quanto ao magnésio, numa concentração superior a 125 ppm consegue produzir efeitos laxantes. Para além da toxicidade individual característica do excesso de cada um destes minerais, numa água considerada dura (mais de 110 ppm) interfere com o sabor, interfere com a efectividade de muitos desinfectantes e também com a efectividade de alguns medicamentos que possam vir a ser dissolvidos na água.

#### 4.1.2.2 Desinfeção das águas

##### 4.1.2.2.1 Compostos de amónio quaternário

Os compostos de amónio quaternário são usados como germicidas na água da bebida.

Há alguns anos atrás, foi reportado um caso em que a utilização não cautelosa de um produto comercial vulgar, cuja composição era 20% de solução de cloreto de alkyldimetilbenzil de amónio, conduziu a fenómenos de toxicidade acentuada sobre animais de aviário, neste caso particular tratando-se de perus com 6 semanas de idade.

A administração deste produto em níveis que iam desde 300 a 500 ppm resultaram, numa primeira fase, num crescimento insuficiente e, numa segunda fase, numa mortalidade sub-aguda, cujos níveis iam de moderados a severos, dependendo da dose administrada. A necrópsia mostrou a presença de áreas uniformemente pálidas (as chamadas placas diftéricas) na língua e na mucosa oro-faríngea, associadas a ulcerações multifocais. Algumas aves apresentavam lesões semelhantes no terço superior do esófago. Outras alterações incluíam a ruptura dos folículos ovários, com conseqüente peritonite afectando, inclusive, o vitelo do ovo.

No entanto, a causa desta última ocorrência foi atribuída à desidratação conseqüente à diminuição da bebida por parte das aves doentes. A nível histopatológico, verificou-se haver uma reacção inflamatória exuberante na periferia das áreas afectadas.

De seguida apresenta-se a descrição, efeitos de alguns elementos existentes nos resíduos deste tipo de exploração.

#### 4.1.3 Nutrientes

A concentração de fósforo nos resíduos avícolas é elevada. Embora se trate de um fenómeno pouco comum, a parte de fósforo que se encontra sob a forma orgânica pode, em solos de textura ligeira e com pH próximos de 7, atingir e contaminar as águas subterrâneas.

Contrariamente aos fosfatos (forma inorgânica de fósforo) adsorvidos pelo complexo do solo em maior quantidade, os nitratos atingem facilmente as águas subterrâneas, contaminando os aquíferos. De facto, como os colóides minerais e orgânicos do solo têm quase sempre uma carga negativa predominante, os nitratos (NO<sub>3</sub><sup>-</sup>) não são, desta maneira, facilmente adsorvidos pelo solo. Como são muito solúveis em água, a quantidade de nitratos não absorvida pelas plantas (em resultado de aplicação excessiva de resíduos avícolas em terrenos agrícolas ou em períodos de baixa exigência, como no Inverno) é arrastada pela água, sobretudo pela drenagem interna, acumulando-se nas águas subterrâneas.

O consumo de água com concentração superior a 10 mg NO<sub>3</sub>-N/L aumenta significativamente o potencial de problemas de saúde (Serviço Público de Saúde dos Estados Unidos, 1962), sendo igualmente inconveniente para actividades agrícolas e industriais. Para águas doces superficiais destinadas à obtenção de água para consumo humano, a concentração máxima de nitratos recomendada pela Organização Mundial de Saúde é de 50 mg/l, que é igualmente o valor máximo admissível na legislação nacional (Anexo I do Decreto-lei n.º 236/98 de 1 de Agosto). O valor máximo recomendável é de 25 mg/l. O risco para a saúde pública resultante da contaminação de águas superficiais ou subterrâneas por nitratos é ainda assunto de muita reflexão e de muitos estudos científicos. Pouco se sabe dos efeitos crónicos do consumo de águas com nitratos. O certo é que os nitratos que entram no sistema digestivo dos animais ou dos humanos, podem ser convertidos em nitritos pela acção da flora gastro-intestinal. Isto acontece muito especialmente em bebés (até aos seis meses) dadas as condições de pH, ligeiramente elevado, propícias a esta redução do nitrato. Os nitritos reduzem a capacidade transportadora de oxigénio da hemoglobina resultando em asfixia (Síndrome dos bebés azuis, meta-hemoglobinemia ou cianose infantil).

Embora os nitratos e os nitritos não sejam classificados como carcinogénicos se, em concentração elevada, podem, na sequência de algumas transformações bioquímicas, potenciar, a formação de sub-produtos, como as nitrosaminas ou as nitrosamidas que são, estas sim, substâncias comprovadamente carcinogénicas.

Para além da exposição aos nitratos que resulta do consumo de água, refira-se, por curiosidade, a que resulta do consumo de vegetais com elevados teores de nitratos (destacando-se o espinafre, a beterraba, o rabanete, a alface e o nabo). Entre os factores que contribuem para esta acumulação, refira-se um solo demasiado rico em nitratos, provenientes duma utilização excessiva de fertilizantes (por exemplo, pela aplicação inadequada de estrumes avícolas).

#### **4.1.4 Matéria Orgânica**

A matéria orgânica, conjuntamente com a água, constitui a matriz dos resíduos avícolas. Esta matéria orgânica pode atingir o meio hídrico por descarga direta, por infiltração ou a partir das escorrências superficiais de montureiras, pilhas de compostagem, terrenos agrícolas excessivamente “adubados” ou armazenamento indevido dos resíduos.

Os compostos orgânicos biodegradáveis, maioritariamente presentes nos resíduos avícolas, vão ser degradados por bactérias. Quando estes são descarregados no meio hídrico superficial (rios, ribeiras, albufeiras...), as bactérias aeróbias prevalecerão, em primeira instância. Estas bactérias, com atividade metabólica extremamente elevada, consomem uma grande parte do pouco oxigénio dissolvido na água. Surge assim, uma elevada Carência Bioquímica de Oxigénio: o oxigénio deixa de estar disponível, em quantidades suficientes, para seres macroscópicos, como é o caso da fauna piscícola.

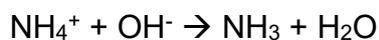
Este tipo de impacte ambiental é tanto mais gravoso quanto maior for a quantidade de matéria orgânica (CBO) descarregada no meio. Agrava-se no Verão: devido às temperaturas elevadas, a quantidade de oxigénio dissolvido no meio é menor e, como o caudal dos cursos de água é, em geral, substancialmente reduzido, a matéria orgânica é menos diluída. Refira-se que as linhas de água pouco torrenciais ou as albufeiras diminuem a velocidade e a quantidade de oxigenação do meio.

A contaminação das águas subterrâneas e superficiais com microrganismos contidos nos resíduos animais deve merecer particular atenção. Estes microrganismos são veiculados pela matéria orgânica que conjuntamente com a água, cria condições para a respetiva propagação, podendo originar um vasto número de doenças de animais e de humanos, transmissíveis pela água poluída com resíduos pecuários.

#### 4.1.5 Chuvas Ácidas

O estrume dos aviários possui uma elevada concentração de cálcio. O cálcio encontra-se em combinações químicas alcalinizantes (carbonatos e fosfatos de cálcio). Assim sendo, a alcalinidade do estrume avícola, potencia-o como corretivo alcalinizante, particularmente adequado para utilização na região em estudo, onde existem solos muito ácidos.

Por outro lado, esta característica química é responsável pelas elevadas perdas de azoto (presente no estrume na forma de uratos-sais com origem no ácido úrico que se convertem a ureia e sais de amoniacaís-carbonatos e/ou carbonatos) sob a forma de amónia:



A reação anterior é claramente favorecida pelo elevado pH dos resíduos e, sobretudo, pelas elevadas temperaturas dos pavilhões ou dos solos agrícolas durante o verão. A volatilização da amónia para a atmosfera depende igualmente das condições atmosféricas, em particular da velocidade e da direção dos ventos, e da temperatura. Esta perda de azoto ocorre, dentro das instalações, na fase de produção e, depois, no armazenamento, durante a fase de compostagem (em montureiras ou industrial, em condições incorretas) ou após a sua aplicação em terrenos agrícolas.

Tabela 1 - Alguns aspetos da composição do estrume de aviário (substância seca) (adaptado de Santos, 1996)

<i>Frangos de engorda</i>	
<b>Matéria orgânica (%)</b>	87,3
<b>Azoto (N,%)</b>	3,9
<b>Fósforo (P<sub>2</sub>O<sub>5</sub>, %)</b>	2,3

<b>Potássio (K<sub>2</sub>O)</b>	2,6
<b>Cálcio (Ca, %)</b>	2,1
<b>Magnésio (Mg, %)</b>	0,6
<b>C/N</b>	13

As chuvas ácidas têm origem nas emissões de dióxido de enxofre e de diversos óxidos de azoto (representados no seu conjunto por NO<sub>x</sub>:NO<sub>2</sub>, NO e N<sub>2</sub>O) e amónia (NH<sub>3</sub>). Esta acidificação pode provocar, entre outros impactes de natureza agrónómica e ambiental, a lixiviação do solo, com libertação mais acentuada de metais pesados pelo complexo de adsorção e com maior perda de nutrientes, com contaminação de aquíferos. O meio hídrico subterrâneo e superficial é, por outro lado, acidificado.

É extremamente difícil quantificar e até qualificar, sob diversos aspetos, a contribuição do sector avícola para a acidificação. Esta é certamente minorada por uma gestão adequada dos resíduos. Refira-se contudo que a principal origem das chuvas ácidas são as emissões da indústria que libertam dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>) e óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>).

## 4.2 Declaração da Camara Municipal



ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL



C.M.V.  
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS  
DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU  
Telf. 232 470 670

EMAE Viseu  
Número de registo: SAI\_EMAE/2022/8373  
Data: 03/11/2022

Ex.mo(a) Senhor(a)

IRP-14133/2022

Hugo Henrique Figueiredo Batista  
Rua Principal  
Sarzedelo  
3510-736 SÃO CIPRIANO VIS

Req. Nº 14133 de 03/10/2022

**ASSUNTO: Inexistência de Rede Pública de Água**

Morada / Local da Instalação: Monte de Boi / Rua do Calvário

Sítio ou Lugar: Portela de São Cipriano

Freguesia: São Cipriano e Vil de Souto

Código Postal: 3510-735 SÃO CIPRIANO VIS

Relativamente à requisição efetuada por V. Ex.ª, para ligação de água ao prédio sito na morada acima referenciada, informa-se que no local em causa não existe, de momento, rede pública de água, pelo que a requisição ficará sem efeito e será arquivada.

*Com os melhores cumprimentos,*

O DIRETOR-DELEGADO

(Carlos Ildefonso Ferrão Tomás)

patricia.poz

Documento para o Requerente  
com assinatura digitalizada

Rua Conselheiro Afonso de Melo 3510-024 Viseu | Web: [www.smasviseu.pt](http://www.smasviseu.pt) | E-mail: [geral@smasviseu.pt](mailto:geral@smasviseu.pt) | NIF: 680 020 063



C.M.V.  
**SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS  
DE ÁGUA E SANEAMENTO DE VISEU**  
Telf. 232 470 670

SMAS Viseu  
Número de registo: EAI\_SMAS/2022/8371  
Data: 03/11/2022

Ex.mo(a) Senhor(a)

IRP-14134/2022

Hugo Henrique Figueiredo Batista  
Rua Principal  
Sarzedelo  
3510-736 SÃO CIPRIANO VIS

**Req. Nº 14134 de 03/10/2022**

**ASSUNTO: Inexistência de Rede Pública de Esgotos**

Morada / Local da Instalação: **Monte de Boi / Rua do Calvário**

Sítio ou Lugar: **Portela de São Cipriano**

Freguesia: **São Cipriano e Vil de Souto**

Código Postal: **3510-735 SÃO CIPRIANO VIS**

Relativamente à requisição efetuada por V. Ex.<sup>a</sup>, para ligação de esgotos ao prédio sito na morada acima referenciada, informa-se que no local em causa não existe, de momento, rede pública de esgotos, pelo que a requisição ficará sem efeito e será arquivada.

*Com os melhores cumprimentos,*

O DIRETOR-DELEGADO

(Carlos Ildefonso Ferrão Tomás)

patricia.paz

Documento para o Requerente  
com assinatura digitalizada

Rua Conselheiro Afonso de Melo 3510-024 Viseu | Web: [www.smasviseu.pt](http://www.smasviseu.pt) | E-mail: [geral@smasviseu.pt](mailto:geral@smasviseu.pt) | NIF: 680 020 063

## 5 Qualidade do Ar

### 5.1 Principais Fontes e Efeitos dos Poluentes Analisados

A qualidade do ar pode ser caracterizada através da utilização de diversos indicadores, geralmente expressos pela concentração de um dado poluente num determinado intervalo de tempo. Os indicadores mais utilizados são os poluentes dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>), óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>), monóxido de carbono (CO) e partículas <10 µm (PM<sub>10</sub>) e ozono (O<sub>3</sub>). Os poluentes dióxido de enxofre (SO<sub>2</sub>), óxidos de azoto (NO<sub>x</sub>), monóxido de carbono (CO) são classificados como poluentes primários, uma vez que são emitidos directamente para a atmosfera. O ozono (O<sub>3</sub>), que resulta de reacções químicas entre os poluentes primários designa-se, por isso, como poluente secundário. O poluente partículas <10 µm (PM<sub>10</sub>) possui uma fracção que tem origem primária e uma fracção de origem secundária.

Os efeitos dos poluentes atmosféricos na saúde humana e também nos ecossistemas, dependem essencialmente da sua concentração e do tempo de exposição, podendo exposições prolongadas a baixas concentrações serem mais nocivas que exposições de curta duração a concentrações elevadas. Existem ainda factores de sensibilidade individual que determinam a maior ou menor severidade dos efeitos, tais como idade, estado nutricional, condição física ou mesmo predisposições genéticas, o que torna necessária a avaliação para diferentes grupos de risco. (WHO, 2000)

Informação relativa as principais fontes e efeitos provocados pelo CO, NO<sub>x</sub> e partículas é apresentada na Tabela 2.

Muitas destas emissões provenientes dos motores de veículos (HC, CO e NO<sub>x</sub>), ao serem lançadas na atmosfera, tomam parte em reacções químicas influenciadas pela radiação solar, dando origem a poluentes secundários, os quais têm efeitos diferentes e nalguns casos mais severos que os dos poluentes iniciais. (Seinfeld & Pandis, 1998)  
 Devido à dispersão turbulenta dos poluentes na atmosfera durante esta fase de reacção, os níveis mais elevados de concentração destes poluentes secundários nem sempre ocorrem nos locais mais próximos da fonte de emissão dos poluentes iniciais.

Tabela 2: Principais Fontes e Efeitos dos Poluentes Analisados (Fonte: Relatório do Estado do Ambiente(DGA, 1999)).

Poluente	Poluente Principais Fontes	Efeitos
Óxidos de azoto (NO <sub>x</sub> )	<p><b>Fontes naturais:</b> transformações microbianas nos solos e descargas eléctricas na atmosfera.</p> <p><b>Fontes antropogénicas:</b> queima de combustíveis a altas temperaturas, quer em instalações industriais, quer nos veículos automóveis.</p> <p>Na maior parte das situações, o NO emitido para a atmosfera é posteriormente transformado em NO<sub>2</sub> por oxidação fotoquímica.</p>	<p>Podem provocar lesões, reversíveis ou irreversíveis, nos brônquios e nos alvéolos pulmonares.</p> <p>Podem também aumentar a reactividade a alergénios de origem natural.</p> <p>Podem provocar edema pulmonar, em doses elevadas, e, em concentrações mais fracas, bronquite crónica e efisemas.</p> <p>Provocam efeitos nocivos sobre a vegetação, quando presentes em concentrações elevadas, tais como danos nos tecidos das folhas e redução do crescimento.</p> <p>Concentrações elevadas de NO<sub>x</sub> na atmosfera, provocam danos em materiais, sendo os polímeros naturais e sintéticos os mais afectados.</p> <p>O NO não é considerado um poluente perigoso para as concentrações normalmente presentes na atmosfera.</p>
Partículas em Suspensão	<p><b>Fontes naturais</b> (partículas presentes na atmosfera): vulcões, aerossóis marinhos e a acção do vento sobre o solo.</p> <p><b>Fontes antropogénicas:</b> queima de combustíveis fósseis, processos industriais e tráfego rodoviário.</p> <p>As partículas na atmosfera podem ser classificadas como primárias, quando são emitidas directamente a partir de fontes poluidoras, ou secundárias, quando se formam na atmosfera pela condensação de gases, ou como resultado de reacções químicas entre outros poluentes, em especial, SO<sub>2</sub>, NO<sub>2</sub>, compostos orgânicos voláteis e amoníaco.</p>	<p>Quanto menor o tamanho das partículas, maiores os riscos para a saúde.</p> <p>As partículas mais finas podem transportar substâncias tóxicas (sulfatos, nitratos, metais pesados e hidrocarbonetos) para as vias respiratórias inferiores, acentuando os efeitos dos poluentes ácidos.</p> <p>Em muitas cidades europeias, as PM<sub>10</sub> (partículas com diâmetro ≤10 µm) são o poluente que suscita maiores preocupações, estando a sua acção relacionada com todos os tipos de problemas de saúde, desde a irritação nasal, tosse, até à bronquite, asma e mesmo a morte. A fracção mais fina destas partículas pode penetrar profundamente nos pulmões e atingir os alvéolos pulmonares, provocando dificuldades respiratórias e, por vezes, danos permanentes.</p> <p>As partículas desta dimensão penetram facilmente no interior dos edifícios.</p>

		As partículas finas, principalmente as emitidas pelos veículos a diesel, são da ordem de grandeza do comprimento de onda da luz visível, podendo, por este motivo, reduzir sensivelmente a visibilidade.
Monóxido de carbono (CO)	<p><b>Fontes naturais:</b> erupções vulcânicas e decomposição da clorofila.</p> <p><b>Fontes antropogénicas:</b> fogos florestais, combustão incompleta de combustíveis fósseis ou outros materiais orgânicos, sendo os transportes rodoviários o sector que mais contribui para as emissões deste poluente.</p> <p>Pode também ser formado por oxidação de poluentes orgânicos, tais como o metano.</p>	<p>Capacidade de se combinar irreversivelmente com a hemoglobina (210 vezes superior à do oxigénio), dando lugar à formação da carboxihemoglobina. Esta situação pode provocar dificuldades respiratórias e asfíxia e, em casos de 50% de transformação da hemoglobina em carboxihemoglobina, pode conduzir à morte.</p> <p>Diminuição da percepção visual, da capacidade de trabalho, da destreza manual, da capacidade de aprendizagem e do desempenho de tarefas complexas.</p>

## 6 Sistemas Ecológicos

### 6.1 Flora e Vegetação

#### 6.1.1 Vegetação Potencial

A flora portuguesa continental atual encontra-se, em grande parte do País, altamente modificada e alterada, sobretudo desde os séculos XIX e XX, ainda que já desde os primórdios da Monarquia se tenham desbastado muitas florestas nas zonas raianas por virtude de finalidades militares. A destruição de mais formações naturais, incluindo a dessecação de muitas zonas húmidas, se deve ao implemento da agricultura com, entre outros, a introdução de espécies de interesse agrícola e florestal e suas cultivares. Desde os princípios do século XIX muitas florestas autóctones, sobretudo a Norte do Tejo, foram destruídas para a cultura extensiva de pinheiro bravo então tido como produtor de madeira de construção e de paus rectos para a obtenção de mastros para a navegação. A cultura extensiva de pinheiro bravo conduziu à substituição da flora local primitiva, em parte higrofilica, por outra de natureza xerofilica empobrecendo os solos. O desconhecimento então das actuais noções de fitogeografia e fitossociologia permitiu o arrastamento de muitas formações primitivas com os consequentes desastrosos efeitos, de que ainda sofremos bastantes, daqui resultou uma grande alteração no fâcies das diversas regiões naturais portuguesas. O abatimento de muitos azinhais e outras formações secundárias no Alentejo para a grande expansão da cultura cerealífera de sequiro nos tempos de Elvino de Brito e Linhares de Lima conduziu à quase desertificação de grande parte da área atingida e à produção cada vez menor dessas culturas. A introdução de espécies arbóreas exóticas nas serras portuguesas levou ao desaparecimento de grande parte do substrato arbustivo e herbáceo primitivo. A destruição de muitos soutos, principalmente na serra da Gardunha, conduziu a uma forte alteração das condições de ensombramento com o consequente desaparecimento de espécies de sub-bosque tipicamente umbrícolas. Por outro lado, a construção civil desordenada sem quaisquer regras de protecção da natureza levou à quase completa destruição da nossa flora.

Em resultado do exposto, verifica-se que actualmente muitas espécies nativas se encontram muito rareadas no País e que a possível delimitação dessas áreas só se consegue, tentativamente, por informações antigas, as de maior crédito sendo as obtidas nos herbários.

Tal como os factos se apresentam de nossos dias, a caracterização de zonas fitogeográficas actuais pôde conseguir-se à base de elementos obtidos com a convergência de dados climáticos, edáficos, altitudinais e humidade dos solos.

A caracterização biogeográfica de Portugal continental foi elaborada com base no [http://www3.uma.pt/alfa/biogeografia/artigo\\_biogeog\\_pt\\_JCCosta.pdf](http://www3.uma.pt/alfa/biogeografia/artigo_biogeog_pt_JCCosta.pdf).

Segundo a maioria dos autores considera-se seis reinos nas terras emersas. Holártico, Paleotropical, Neotropical, Capense, Australiano e Antártico.

Cada um destes reinos tem flora e fauna distintas com táxones de categoria superior endémicos. Nós estamos situados no reino Holártico como toda a Europa.

A flora portuguesa continental actual encontra-se, em grande parte do País, altamente modificada e alterada, sobretudo desde os séculos XIX e XX, ainda que já desde os primórdios da Monarquia se tenham desbastado muitas florestas nas zonas raianas por virtude de finalidades militares. A destruição de mais formações naturais, incluindo a dessecação de muitas zonas húmidas, se deve ao implemento da agricultura com, entre outros, a introdução de espécies de interesse agrícola e florestal e suas cultivares. Desde os princípios do século XIX muitas florestas autóctones, sobretudo a Norte do Tejo, foram destruídas para a cultura extensiva de pinheiro bravo então tido como produtor de madeira de construção e de paus rectos para a obtenção de mastros para a navegação. A cultura extensiva de pinheiro bravo conduziu à substituição da flora local primitiva, em parte higrofilica, por outra de natureza xerofilica empobrecendo os solos. O desconhecimento então das actuais noções de fitogeografia e fitossociologia permitiu o arrastamento de muitas formações primitivas com os consequentes desastrosos efeitos, de que ainda sofremos bastantes, daqui resultou uma grande alteração no fácies das diversas regiões naturais portuguesas. O abatimento de muitos azinhais e outras formações secundárias no Alentejo para a grande expansão da cultura cerealífera de sequiho nos tempos de Elvino de Brito e Linhares de Lima conduziu à quase desertificação de grande parte da área atingida e à produção cada vez menor dessas culturas. A introdução de espécies arbóreas exóticas nas serras portuguesas levou ao desaparecimento de grande parte do substrato arbustivo e herbáceo primitivo. A destruição de muitos soutos, principalmente na serra da Gardunha, conduziu a uma forte alteração das condições de ensombramento com o consequente desaparecimento de espécies de sub-bosque tipicamente umbrícolas. Por outro lado, a construção civil desordenada sem quaisquer regras de protecção da natureza levou à quase completa destruição da nossa flora.

Em resultado do exposto, verifica-se que actualmente muitas espécies nativas se encontram muito rareadas no País e que a possível delimitação dessas áreas só se consegue, tentativamente, por informações antigas, as de maior crédito sendo as obtidas nos herbários.

Tal como os factos se apresentam de nossos dias, a caracterização de zonas fitogeográficas actuais pôde conseguir-se à base de elementos obtidos com a convergência de dados climáticos, edáficos, altitudinais e humidade dos solos.

A zona em estudo, em termos corológicos e biogeográficos e segundo Rivas-Martinez, inclui-se no:

**Reino Holoártico,**

**Região: Eurossiberiana,**

**Sub-região: Atlântica-Centroeupeia,**

**Superprovíncia: Atlântica**

**Província: Cantábrio-Atlântica**

**Subprovíncia: Galaico-Asturiana**

**Sector: Galaico-Português**

**Subsector: Miniense**

**Superdistrito: Beiraduriense**

A **região Eurossiberiana** caracteriza-se bioclimaticamente por uma aridez estival nula ou muito ligeira, nunca superior a dois meses, pelo que a precipitação estival compensa a evapotranspiração e evita o esgotamento das reservas hídricas do solo. A Subregião **Atlântica-Centroeupeia** tem um clima temperado e chuvoso, sem uma estação seca clara. As formações climácicas aqui mais representativas são os bosques dominados por árvores caducifólias, como sejam os carvalhos, as faias, os bidoeiros, os freixos e os bordos.

Dentro desta Subregião, a **Superprovíncia Atlântica** caracteriza-se por possuir um clima fortemente influenciado pelo efeito amenizante do Oceano Atlântico. Assim, a amplitude térmica anual (continentalidade) é pouco acentuada: nem o Inverno é muito rigoroso nem o Verão é muito quente. O clima deste território permite a presença de plantas da flora dita “atlântica”, como sejam o *Quercus robur*, a *Bétula celtibérica*, o *Fagus sylvatica*, alguns tojos (*Ulex europaeus* subsp. *latebracteatus* e *U. minor*) e diversas urzes (*Erica ciliaris*, *E. cinérea* e *Daboecia cantábrica*). Esta Superprovíncia divide-se em quatro províncias. A **Província Cantabroatlântica**, a única presente em Portugal, está representada pela **Subprovíncia Galaico-Asturiana**, o território caracteriza-se pela presença de alguns endemismos norocidentales ibéricos, como sejam a *Linaria triornithophora*, o *Omphalodes nítida* e a *Saxifraga spathularis*.

O **Sector Galaico-Português** é o Sector mais meridional e de maior influência mediterrânica (no sentido bioclimático do termo) de toda a Região Eurossiberiana: na maior do território existe um mês em que  $P < 2T$ . a sua fronteira, no nosso país, inicia-se a leste da Serra do Larouco na vizinhança da Veiga de Chaves; atravessa o vale do Tâmega próximo de Boticas; prolonga-se inicialmente pela cumeada da Serra do Alvão mas progressivamente desce pela falda leste da mesma serra até à proximidade de Vila Real; continua pela falda leste da Serra do Marão e inflecte para Oeste na proximidade do Rio Douro. A sul do rio Douro, engloba as Serras de Montemuro, Freita, Leomil, Lapa, Arada e Caramulo e atinge o ponto mais a sul junto à Serra do Buçaco. Finalmente dirige-se para Norte, ao longo do vale do rio Águeda, até atingir a Ria de Aveiro. Os seus limites, a Sul, com o Subsector Beirense Litoral são difíceis de estabelecer. A maioria das migrações de plantas entre os “mundos” mediterrânico e atlântico no Noroeste da Península Ibérica foi feita através desta faixa – via de migração marítima-Lusitana – devido à ausência de uma barreira fisiográfica. Numerosas plantas mediterrânicas como *Arbutus unedo*, *Corema album*, *Daphne gnidium*, *Laurus nobilis*, *Ruscus aculeatus* ou *Smilax aspera* – testemunhos de migrações decorridas em períodos pretéritos mais quentes que o actual – coexistem com plantas tipicamente atlânticas. Entre as numerosas espécies de apetência

atlântica e oceânica em Portugal próprias deste Sector destacam-se *Acer pseudoplatanus*, *Agrostis hesperica* Romero Garcia, Blanca & Morales Torres, *Anthoxanthum amarum*, *Carduus gayanus*, *Centaureum scillioides*, *Daboecia cantábrica*, *Elytrigia atherica* (sin. *Elymus pycnanthus*), *Euphorbia dulcis*, *Genista berberidea*, *Hypericum androsaemum*, *Origanum vulgare*, *Pyrus cordata*, *Quercus robur*, *Thymelaea broteriana* (com uma curiosa disjunção salmantina), *Ulex europaeus* subsp. *latebracteatus*, *U. minor*, *Viola láctea*, etc.. *Silene maizii*, *Murbeckiella sousae* (também presente nas Serras de Lousã e Açor, ambas exteriores ao Sector), *Narcissus nobilis*, *Sedum pruinaum* e *Thymus caespititius* (com disjunções no Divisório-Português e na Serra da Gata, em Espanha). A paisagem é dominada por giestais, tojais e urzais-tojais que resultam da degradação dos carvalhos primitivos de *Quercus robur*.

O **subsector Miniense** situa-se na parte ocidental do Sector Galaico-Português. É um território predominantemente granítico; progressivamente enrugado em direcção ao interior; de macrobioclima temperado (na variante submediterrânica porque o Agosto é um mês seco) hiper-oceânico ou oceânico; posicionando nos andares termotemperados e mesotemperado, de ombroclima húmido a hiper-húmido. São excepções as zonas sumitais das serras do Caramulo, Arada, Bico e Arga localizadas no Superdistrito Miniense-Litoral, e os Superdistritos Alvão-Marão e Beiraduriense que se situam num andar supratemperado hiper-húmido.

Existe alguns endemismos cujas populações são exclusivas ou então em grande parte incluídas neste Subsector: *Armeria pubigera*, *Coincya johnstonii* (Samp.) Greuter & Burdet, *Dianthus laricifolius* subsp. *caespitosifolius*, *Jasione lusitana*, *Narcissus cyclamineus*, *Narcissus portensis*, *ranunculus bupleuroides*, *Ulex europaeus* subsp. *latebracteatus* e *U. micranthus*. Outras espécies de distribuição mais lata têm, em Portugal, a sua máxima expressão neste território: *Carex durieui*, *C. pilulifera*, *Centáurea limbata* subsp. *limbata*, *Myosoton aquaticum*, *Ophioglossum lusitanicum*, *Sagina nodosa*, *Salix arenaria*, *Sesamoides canescens* subsp. *suffruticosa*, *Trichomanes speciosum*, *Verónica mantana*, etc. Acrescentam-se ainda algumas plantas de dunas, sapais e afloramentos rochosos costeiros como sejam: *Anthyllis vulneraria* subsp. *ibérica*, *Cochlearia danica*, *Elytrigia atherica* (sin. *Elymus pycnanthus*), *Festuca rubra* subsp. *pruinosa*, *F. rubra* subsp. *litoralis*, *Plantago marítima*, *Scrophularia frutescens*, *Silene littorea*, *S. uniflora* e *Puccinellia marítima*.

A vegetação climácica é constituída pelos carvalhais mesotemperados e termotemperados do *Rusco aculeati-Quercetum roboris quercetosum suberis* ou do *Viburno tini-Quercetum roboris* (nos territórios mais meridionais). São característicos os gestais do *Ulici latebracteati-Cytisetum striati* e os tojais endémicos do *Ulicetum latebracteato-minoris* e *Erico umbellatae-Ulicetum latebracteati* (endémico da Serra d'Arga), nos solos graníticos, e do *Erico umbellatae-Ulicetum micranthi*, próprio de solos esqueléticos de xistos. Nas terras altas próximas da fronteira leste do Subsector ocorrem ainda os urzais-tojais do *Ulici minoris-Ericetum umbellatae*.

Os solos hidromórficos são o habitat dos urzais higrófilos *Cirsio filipenduli-Ericetum ciliaris* e *Genisto berberideae-Ericetum tetralicis*. Em mosaico com os urzais mesófilos é frequente o arrelvado anual do *Airo praecocis-Sedetum arenarii*. Nas áreas mais secas, em solos graníticos profundos, observam-se orlas arbustivas espinhosas de *Pyrus cordata* (*Frangulo alni-Pyretum cordatae*). Os bosques higrófilos, à semelhança

de toda a vegetação dulceaquícola, estão mal estudados no território, supõe-se que se distribuem por duas associações: *Scrophulario scorodoniae-Alnetum glutinosae* e *Senecio bayonensis-Alnetum glutinosae*, sendo a primeira associação própria de áreas de clima de maior influencia mediterrânica. As zonas costeiras, por oposição a outros territórios litorais continentais portugueses, tem também uma vegetação característica, são exemplos: a vegetação dunar atlântica do *Otantho-Ammophiletum* e *Iberidetum procumbentis*; a vegetação de salgados do *Limonio-Juncetum maritimi*, *Puccinellio maritimae-Arthrocnemetum perennis* e *Inulo crithmoidis-Elymetum pycnanthi*; e a vegetação de arribas do *Crithmo-Armerietum pubigeræ*, *Sagino maritimae-Cochlearietum danicæ* e *Cisto salviolii-Ulicetum humilis* (tojal aero-halófilo).

A Sul do Douro, as Serras predominantemente graníticas de Montemuro, Freita, Arada, Leomil e Lapa formam o **Superdistrito Beiraduriense**, situado no andar supratemperado (húmido) hiper-húmido. De entre as comunidades vegetais mais frequentes no Superdistrito Beiraduriense, destacam-se os bosques de *Quercus pyrenaica* (*Holco-Quercetum pyrenaicæ*), os giestais de *C. multiflorus* e *Lavandula stoechas* subsp. *sampaioana* (*Lavandulo sampaioanae-Cytisetum multiflori*), os urzais-tojais de *Ulex minor* e *Erica umbellata* (*Halimio alyssoidis-Pterospartem tridentatae*), prados de lima (*Anthemido-Cynosuretum multiflori* e *Agrostio-Arrhenatheretum bulbosi*) e os juncais de carácter atlântico (*Peucedano-Juncetum acutiflori*).

## 6.2 Fauna

### 6.2.1 Valorização das espécies que potencialmente ocorrem na área em estudo

Após a inventariação das espécies possivelmente existente na área em estudo, passou-se à sua valorização tendo em conta os seguintes instrumentos legais:

- ✓ **Convenção de Berna** - Convenção Relativa à Conservação da Vida Selvagem e dos Habitats Naturais da Europa (Decreto Lei n.º 95/81 de 23 de Julho); dedica especial atenção a espécies e habitats cuja conservação exige a cooperação de diversos estados, em particular às espécies ameaçadas de extinção e vulneráveis, incluindo os endemismos e os migradores. Subdivide-se em:

Anexo II – Espécies da fauna que devem ser estritamente protegidas. Os países signatários devem estabelecer medidas legislativas e regulamentares de protecção dos seus habitats.

Anexo III – Espécies protegidas de uma forma menos estrita, sendo possível a sua captura ou abate, se bem que com restrições.

- ✓ **Convenção de Bona** – Conservação Sobre Espécies Migradoras Pertencentes à Fauna Selvagem (Decreto - Lei n.º 103/80 de 11 de Outubro). Divide-se em:

Anexo I – Espécies migradoras cujos signatários se comprometem a conceder protecção imediata, incluindo reconstrução dos habitats.

Anexo II – Espécies migradoras cuja conservação inclui a programação de acordos internacionais.

- ✓ **Directiva Aves** (79/409/CEE de 2 de Abril, transposta pelo Decreto Lei nº 140/99 de 24 de Abril); tem a ver com a conservação de todas as espécies de aves que vivem naturalmente no estado selvagem no território europeu dos Estados-membros ao qual é aplicável. O seu objectivo é a protecção, gestão e controlo dessas espécies, regulamentando a sua exploração. Para isso prevê a criação de Zonas de Protecção Especial (ZPEs), para as espécies consideradas prioritárias, ou seja, as que se incluem nos seguintes Anexos:

Anexo I – Espécies particularmente vulneráveis.

Anexo II – Espécies que podem ser caçadas desde que não sejam comprometidos os esforços de conservação.

Anexo II/1 – Espécies que podem ser caçadas em qualquer zona geográfica.

Anexo II/2 – Espécies que podem ser caçadas apenas nos estados membros referidos nesse Anexo.

Anexos III/1, III/2 e III/3 – Dizem respeito a restrições à caça, captura e comercialização das espécies neles incluídos.

- ✓ **Directiva Habitats**, (Directiva 92/43/CEE de 21 de Maio, transposta pelo Decreto-Lei n.º140/99, de 24 de Abril). Esta directiva tem como objectivo favorecer a manutenção da biodiversidade através da criação de Zonas Especiais de Conservação (ZECs) em áreas que contenham habitats e/ou espécies de interesse comunitário. Este objectivo é atingido através dos:

Anexo B-II – Espécies animais e vegetais de interesse comunitário, cuja preservação requer a designação de zonas especiais de conservação.

Anexo B-IV – Espécies animais e vegetais de interesse comunitário, que exigem protecção rigorosa.

- ✓ **Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal.**

**a) Estatuto de conservação:**

- **Extinto (EX)** – um taxon considera-se extinto quando não restam quaisquer dúvidas de que o último indivíduo morreu.
- **Extinto na Natureza (EW)** – um taxon considera-se extinto na natureza quando é dado como apenas sobrevivendo em cultivo, cativo ou como uma população naturalizada fora da sua anterior área de distribuição.
- **Criticamente em Perigo (CR)** – um taxon considera-se Criticamente em perigo quando as melhores evidências disponíveis indicam que se cumpre qualquer um dos critérios A a E para criticamente em perigo, pelo que se considera como enfrentando um risco de extinção na natureza extremamente elevado.
- **Em perigo (EN)** – um taxon considera-se em perigo quando as melhores evidências disponíveis indicam que se cumpre qualquer um dos critérios A a E para em perigo, pelo que se considera como enfrentando um risco de extinção da natureza muito elevado.
- **Vulnerável (VU)** – um taxon considera-se vulnerável quando as melhores evidências disponíveis indicam que se cumpre qualquer um dos critérios A a E para vulnerável, pelo que se considera como enfrentando um risco de extinção na natureza elevado.

- **Quase Ameaçado (NT)** - um taxon considera-se quase ameaçado quando, tendo sido avaliado pelos critérios, não se qualifica actualmente como Criticamente em Perigo, Em Perigo ou Vulnerável, sendo no entanto provável que lhe venha ser atribuído uma categoria de ameaça num futuro próximo.
- **Pouco Preocupante (LC)** – um taxon considera-se pouco preocupante quando foi avaliado pelos critérios e não se qualifica como nenhuma das categorias Criticamente em Perigo, Em Perigo, Vulnerável ou Quase Ameaçado. Taxa de distribuição ampla e abundante são incluídos nesta categoria.
- **Informação Insuficiente (DD)** – uma taxon considera-se com informação insuficiente quando não há informação adequando para fazer uma avaliação directa ou indirecta do seu risco de extinção, com base na sua distribuição e/ou estatuto da população. Um taxon nesta categoria pode até estar muito estudado e a sua biologia ser bem conhecida, mas faltarem dados adequados sobre a sua distribuição e/ou abundância. Não constitui por isso uma categoria de ameaça. Classificar um taxon nesta categoria indica que é necessária mais informação e que se reconhece que investigação futura poderá mostrar que uma classificação de ameaça seja apropriada. É importante que seja feito uso de toda a informação disponível. Em muitos casos deve-se ser muito cauteloso na escolha entre DD e uma categoria de ameaça. Quando se suspeita que a área de distribuição de um taxon é relativamente circunscrita e se decorreu um período de tempo considerável desde a última observação de um indivíduo desse taxon, pode-se justificar a atribuição de uma categoria de ameaça.
- **Não Avaliado (NE)** – um taxon considera-se não avaliado quando ainda não foi avaliado pelos presentes critérios.

## 6.2.2 Elenco Faunístico das espécies passíveis de existirem na área em estudo

Considerou-se a ocorrência das espécies detectadas por trabalho de campo ou mediante inquéritos. Foram também listadas as espécies potenciais cuja distribuição está presente na região tendo sido seleccionado apenas as que são típicas dos habitats representados na área de estudo.

### 6.2.2.1 Aves

Na tabela seguinte estão referidas, as espécies de aves cuja ocorrência é provável (Rufino).

Tabela 3: Listagem das Aves passíveis de existirem na área em estudo

Espécies potencialmente ocorrentes		Valorização das espécies	
Espécie	Nome vulgar		Situação legal

		Categorial de Conservação	Berna	Bona	Directiva aves
<i>Accipiter nisus</i>	Gavião da Europa	LC	II	II	A-I
<i>Aegithalus caudatus</i>	Chapim-rabilongo	LC	III	-	-
<i>Alauda arvensis</i>	Laverca	LC	III	-	-
<i>Alectoris rufa</i>	Perdiz-comum	LC	III	-	D
<i>Anthus campestris</i>	Petinha-dos-campos	LC	II	-	A-I
<i>Apus apus</i>	Andorinhão-preto	LC	III	-	-
<i>Athene noctua</i>	Mocho-galego	LC	II	-	-
<i>Buteo buteo</i>	Águia-de-asa-redonda	LC	II	II	-
<i>Carduelis cannabina</i>	Pintaroxo	LC	II	-	-
<i>Carduelis carduelis</i>	Pintassilgo	LC	II	-	-
<i>Carduelis chloris</i>	Verdilhão	LC	II	-	-
<i>Certhia brachydactyla</i>	Trepadeira-comum	LC	I	-	-
<i>Circus pygargus</i>	Tartanhão-caçador	EN	II	II	A-I
<i>Columba livia</i>	Pombo-das-rochas	DD	III	-	D
<i>Columba palumbus</i>	Pombo-torcaz	LC	-	-	-
<i>Corvus corax</i>	Corvo	NT	III	-	-
<i>Corvus corone</i>	Gralha-preta	LC	-	-	D
<i>Coturnix coturnix</i>	Codorniz	LC	III	II	D
<i>Cuculus canorus</i>	Cuco	LC	III	-	-
<i>Dendrocopus major</i>	Pica-pau-malhado-grande	LC	II	-	-
<i>Delichon urbicum</i>	Andorinha-dos-beirais	LC	II	-	-
<i>Emberiza cia</i>	Cia	LC	II	-	-
<i>Emberiza hortulana</i>	Sombria	DD	III	-	A-I
<i>Erithacus rubecula</i>	Pisco-de-peito-ruivo	LC	II	II	-
<i>Fringilla coelebs</i>	Tentilhão-comum	LC	III	-	-
<i>Garrulus glandarius</i>	Gaio	LC	-	-	D
<i>Hippolais polyglotta</i>	Felosa-poliglota	LC	II	II	-
<i>Hirundo daurica</i>	Andorinha-aurica	LC	II	-	-
<i>Hirundo rustica</i>	Andorinha-das-chaminés	LC	II	-	-
<i>Lanius meridionalis</i>	Picanço-real	LC	II	-	-
<i>Lulula arborea</i>	Cotovia pequena	LC	III	A-I	-
<i>Luscinia megarhynchos</i>	Rouxinol	LC	II	II	-
<i>Monticola saxatilis</i>	Melro-das-rochas	EN	II	II	-
<i>Motacilla alba</i>	Alvéola-Branca-Comum	LC	II	-	-
<i>Motacilla cinerea</i>	Alvéola-cinzenta	LC	II	-	-
<i>Oriolus oriolus</i>	Papa-figos	LC	II	-	-
<i>Oenanthe oenanthe</i>	Chasco-cinzento	LC	II	II	-
<i>Parus ater</i>	Chapim-preto	LC	II	-	-
<i>Parus caeruleus</i>	Chapim-azul	LC	II	-	-
<i>Parus cristatus</i>	Chapim-de-poupa	LC	II	-	-
<i>Parus major</i>	Chapim-real	LC	II	-	-
<i>Passer domesticus</i>	Pardal-comum	LC	-	-	-
<i>Passer montanus</i>	Pardal-montez	LC	III	-	-
<i>Petronia petronia</i>	Pardal-francês	LC	II	-	-
<i>Phoenicurus ochruros</i>	Rabirruivo-preto	LC	II	II	-
<i>Picus viridis</i>	Peto-verde	LC	II	-	-
<i>Prunella modularis</i>	Ferreirinha-comum	LC	II	-	-
<i>Ptyonoprogne rupestris</i>	Andorinha-das-Rochas	LC	II	-	-
<i>Regulus ignicapillus</i>	Estrelinha Real	LC	II	II	-
<i>Riparia riparia</i>	Andorinha-das-barreiras	LC	II	-	-
<i>Saxicola torquata</i>	Cartaxo-comum	LC	II	II	-
<i>Serinus serinus</i>	Chamariz	LC	II	-	-
<i>Streptotelia turtur</i>	Rola-comum	LC	III	-	D

<i>Sturnus unicolor</i>	Estorninho-preto	LC	II	-	-
<i>Sitta europaea</i>	Trepadeira Azul	LC	II	-	-
<i>Sylvia atricapilla</i>	Toutinegra-de-barrete-preto	LC	II	II	-
<i>Sylvia cantillans</i>	Toutinegra-Carrasqueira	LC	II	II	-
<i>Sylvia communis</i>	Papa-Amoras-comum	LC	II	II	-
<i>Sylvia melanocephala</i>	Toutinegra de cabeça preta	LC	II	II	-
<i>Sylvia undata</i>	Felosa-do-mato	LC	II	-	-
<i>Troglodytes troglodytes</i>	Carriça	LC	II	-	-
<i>Turdus merula</i>	Melro-preto	LC	III	II	D
<i>Turdus viscivorus</i>	Tordeia	LC	III	-	D
<i>Upupa epops</i>	Poupa	LC	II	-	-

### 6.2.2.2 Mamíferos

Tabela 4: Listagem de espécies de mamíferos passíveis de existirem na área em estudo

Espécies potencialmente ocorrentes		Valorização das espécies		
Espécie	Nome vulgar	Categoria de conservação	Situação legal	
			Berna	Bona
<i>Apodemus sylvaticus</i>	Ratinho-do-campo	LC	-	-
<i>Arvicola sapidus</i>	Rato-de-água	LC	-	-
<i>Canis lupus</i>	Lobo	EN	II	-
<i>Capreolus capreolus</i>	Corço	LC	III	-
<i>Crocidura russula</i>	Musaranho-de-dentes-brancos	LC	III	-
<i>Crocidura suaveolens</i>	Musaranho-de-dentes-brancos-pequeno	NE	III	-
<i>Eliomys quercinus</i>	Leirão	DD	III	-
<i>Erinaceus europaeus</i>	Ouriço-cacheiro	LC	III	-
<i>Galemys pyrenaicus</i>	Toupeira-de-agua	VU	II	-
<i>Genette genetta</i>	Geneta	LC	III	-
<i>Lutra lutra</i>	Lontra	LC	II	-
<i>Martes foina</i>	Fuinha	LC	III	-
<i>Meles meles</i>	Texugo	LC	III	-
<i>Microtus agrestis</i>	Rato-do-campo-de-rabo-curto	LC	-	-
<i>Microtus lusitanicus</i>	Rato-Cego	LC	-	-
<i>Mus domesticus</i>	Rato-caseiro	LC	-	-
<i>Mus spretus</i>	Ratinho-ruivo/Rato-das-hortas	LC	-	-
<i>Mustela nivalis</i>	Doninha	LC	III	-
<i>Neomys anomalus</i>	Musaranho-de-água	DD	III	-
<i>Oryctolagus cuniculus</i>	Coelho-bravo	NT	-	-
<i>Sorex granarius</i>	Musaranho-de-dentes-vermelhos	DD	III	-
<i>Sorex minutus</i>	Musaranho-anão-de-dentes-vermelhos	DD	III	-
<i>Sus scrofa</i>	Javali	LC	-	-
<i>Talpa occidentalis</i>	Toupeira	LC	-	-
<i>Vulpes vulpes</i>	Raposa	LC	-	-
<i>Rhinolophus ferrumequinum</i>	Morcego-de-ferradura-grande	VU	II	II
<i>Rhinolophus hipposideros</i>	Morcego-de-ferradura-pequeno	VU	II	II
<i>Myotis nattereri</i>	Morcego-de-franja	VU	II	II

### 6.2.2.3 Herptofauna

Tabela 5: Listagem de espécies de anfíbios passíveis de existirem na área em estudo

Espécies potencialmente ocorrentes		Valorização das espécies		
Espécie	Nome vulgar	Estatuto de conservação	Situação legal	
			Decreto-Lei 140/99	Berna
<i>Alytes obstetricans</i>	Sapo-parteiro-comum	LC	-	-
<i>Bufo bufo</i>	Sapo-comum	LC	-	-
<i>Bufo calamita</i>	Sapo-corredor	LC	B-IV	-
<i>Chioglossa lusitanica</i>	Salamandra-lusitanica	VU	II	-
<i>Discoglossus galganoi</i>	Rã-de-focinho-pontiagudo	NT	-	-
<i>Rana ibérica</i>	Rã-iberica	LC	B-IV	-
<i>Rana perezi</i>	Rã-verde	LC	B-V	-
<i>Salamandra salamandra</i>	Salamandra-de-pintas-amarelas	LC	-	III
<i>Triturus boscai</i>	Tritão-de-ventre-laranja	LC	-	III
<i>Triturus marmoratus marmoratus</i>	Tritão-marmorado	LC	B-IV	III

Tabela 6: Listagem de espécies de répteis passíveis de existirem na área em estudo

Espécies potencialmente ocorrentes		Valorização das espécies		
Espécie	Nome vulgar	Estatuto de conservação	Situação legal	
			Decreto-Lei 140/99	Berna
<i>Anguis fragilis</i>	Licranço/Cobra-de-vidro	LC	-	II
<i>Chalcides striatus</i>	Cobra-de-pernas-tridáctila	LC	-	III
<i>Coluber hippocrepis</i>	Cobra-de-ferradura	LC	B-IV	II
<i>Elaphe scalaris</i>	Cobra-de-escada	LC	-	III
<i>Lacerta lepida</i>	Sardão/Lagarto	LC	-	II
<i>Lacerta schreiberi</i>	Lagarto-de-agua	LC	B-II B-IV	II
<i>Malpolon monspessulanus</i>	Cobra-rateira	LC	-	III
<i>Natrix maura</i>	Cobra-de-agua-viperina	LC	-	III
<i>Natrix natrix</i>	Cobra-de-água	LC	-	III
<i>Podarcis carbonelli</i>	Lagartixa-de-carbonell	VU		
<i>Podarcis hispanica</i>	Lagartixa-iberica	LC	B-IV	III
<i>Psammodromus algirus</i>	Lagartixa-do-mato-comum	LC	-	III
<i>Vipera latasti</i>	Víbora-cornuda	VU	-	II

## 7 Património

Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico:

**Nº Inventário** - Número sequencial que identifica a Ocorrência Patrimonial utilizado na cartografia, nas tabelas e nas fichas de inventário (a sequência numérica é aleatória e contínua).

**Projecto** - Nome do projeto em que se insere o Estudo.

**O.P.** - Nome atribuído à Ocorrência Patrimonial identificada.

**Data** - Altura em que foi realizada a avaliação.

**Localização Administrativa** - Distrito/Concelho/Freguesia onde se localiza a Ocorrência Patrimonial.

**Localização Geográfica** - Todas as Ocorrências Patrimoniais são localizadas cartograficamente. (Sistema de Projeção: Hayford-Gauss; Sistema de Referenciação:

sistema de coordenadas militares; Datum: Lisboa). Meridiano; Paralelo e Altitude (coordenadas obtidas em campo com recurso a GPS).

**Topónimo** - Topónimo local onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

**Microtopónimo** - Microtopónimo onde a Ocorrência Patrimonial se localiza.

**Proprietário** - Sempre que for possível contactar com o proprietário onde se identifica a Ocorrência Patrimonial, regista-se essa informação.

**CMP** - “Carta Militar de Portugal” (1999), Serviço Cartográfico do Exército (IGeoE), nº da folha na escala 1:25.000 utilizada durante o trabalho de campo.

**Classificação** - Imóvel Classificado ou outro tipo de proteção, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel.

**Decreto Lei** - Decreto de lei da classificação do monumento.

**Estado Conservação** - Estado de conservação do monumento.

### **CARACTERIZAÇÃO DA OCORRÊNCIA PATRIMONIAL** (Descrição das características principais de cada Ocorrência Patrimonial)

Tabela 7: Categoria atribuída a cada Ocorrência Patrimonial. Distinção entre arqueológica, arquitectónica, etnográfica

<b>CATEGORIA</b>		
Arqueológica	Arquitectónica	Etnográfica

Tabela 8: Tipo funcional a que se refere a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no *thesaurus* do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>)

<b>TIPO DE SÍTIO</b>				
Abrigo	Achado Isolado	Alçaria	Alinhamento	Anfiteatro
Aqueduto	Arte Rupestre	Arranjo de Nascente	Atalaia	Azenha
Balneário	Barragem	Basílica	Calçada	Canalização
Capela	Casal Rústico	Castelo	Cais	Cemitério
Cetária	Chafurdo	Cidade	Circo	Cista
Cisterna	Complexo Industrial	Concheiro	Convento	Criptopórtico
Cromeleque	Curral	Depósito	Edifício com interesse histórico	Eira
Ermida	Escultura	Estrutura com interesse histórico	Fonte	Forja
Forno	Fortificação	Fórum	Fossa	Gruta
Hipocausto	Hipódromo	Igreja	Indeterminado	Inscrição
Lagar	Laje Sepulcral	Malaposta	Mancha de Ocupação	Marco
Menir	Mesquita	Miliário	Mina	Moinho de Maré
Moinho de Vento	Mosaico	Monumento Megalítico	Muralha	Muro
Nicho	Nora	Funerário	Olaria	Palácio
Paço	Pedreira	Oficina	Poço	Pombal
Ponte	Povoado	Pelourinho	Recinto	Represa
Salina	Santuário	Povoado Fortificado	Sepultura	Silo
Sinagoga	Talude	Sarcófago	Teatro	Templo
Termas	Tesouro	Tanque	Tulhas	Via
Viaduto	Moinho de Água	Torre	Laje com Covinhas	Pias
Villa	Açude e Dique	Monte	Quinta	Alminha
	Vicus	Espigueiro	Vest. diversos	
		Cruzeiro		

Tabela 9: Cronologia da Ocorrência Patrimonial (A indicação de vários períodos cronológicos separados por “/” tem significado cumulativo)

<b>CRONOLOGIA</b>			
Paleolítico Inferior	Paleolítico Médio	Paleolítico Superior	Epipaleolítico/Mesolítico
Neolítico	Neolítico Antigo	Neolítico Médio	Neolítico Final
Calcolítico	Calcolítico Final	Bronze Pleno	Bronze Final
Idade do Ferro	1ª Idade do Ferro	2ª Idade do Ferro	Romano
Romano Republicano	Romano Império	Romano Alto Império	Romano Baixo Império

Idade Média Moderno	Alta Idade Média Contemporâneo Proto-História	Baixa Idade Média Pré-História Antiga Indeterminado	Islâmico Pré-História Recente
------------------------	---	---	----------------------------------

Tabela 10: Trata-se do contexto geológico onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

<b>CONTEXTO GEOLÓGICO</b>				
Granitos	Xistos	Calcários	Aluviões	Coluviões
Argila	Calcossilicatado	Basalto	Marga	Mármore
Silex	Tufo	Turfa	Outro	Arenitos
Areias	Terraço	Depósitos argilosos	Rochas vulcânicas	Dioritos
		Terraço fluvial/cascalheira		

Tabela 11: Critérios seguidos para contextualizar topograficamente a Ocorrência Patrimonial

<b>TOPOGRAFIA</b>				
Arriba	Planície	Colina suave	Cerro – topo	Cerro – vertente
Canhão	Encosta	Grande elevação	Outros	Pequena elevação
Planície	Rechã	Vale aberto	Vale fechado	Leito de rio ou ribeiro
Espigão de meandro fluvial	Esporão	Escarpa	Plataforma / rechã	Planalto
	Praia		Várzea	

Tabela 12: Critérios utilizados para caracterizar a visibilidade da Ocorrência Patrimonial no território envolvente

<b>VISIBILIDADE</b>	
Destaca-se bem Diluída na paisagem	Destaca-se medianamente Escondida

Tabela 13: Nível do controlo visual que a Ocorrência Patrimonial detém sobre a paisagem

<b>CONTROLO VISUAL</b>		
Controlo visual total	Controlo condicionado	Controlo restrito (do espaço limítrofe)

Tabela 14: Vegetação existente no local onde se localiza a Ocorrência Patrimonial

<b>VEGETAÇÃO</b>		
Sem vegetação	Vegetação rasteira	Arbustos ou mato denso
Floresta/mata densa	Floresta/mata pouco densa	Cultura de vinha

Tabela 15: Utilização actual do solo em que se situa a Ocorrência Patrimonial (Adaptada da tabela proposta pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, actual DGPC (no *thesaurus* do Endovelico) <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>). Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

<b>USO DO SOLO</b>				
Agrícola	Turismo	Urbano	Agrícola regadio	Pastoreio
Eucaliptal	Mato	Montado	Olival	Outros
Florestal	Areiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Pinhal	Aterro	Baldio	Caminho	Pedregais
Agricultura manual	Agricultura mecânica	Latifúndio	Minifúndio	Socalcos
Recursos	Exploração agrícola		Pomar	Piscicultura

Tabela 16: Fonte utilizada na identificação da Ocorrência Patrimonial: pesquisa documental (no caso de ter sido previamente identificada na pesquisa documental); trabalho de campo (no caso de ter sido reconhecida durante a fase de trabalho de campo)

<b>FONTES</b>					
<b>Pesquisa Documental</b>	Bibliográfica	Cartográfica	Planos Municipais	Projectos de investigação	Base de dados
	<b>Trabalho de Campo</b>			Informação Oral	

Tabela 17: Ameaças sobre a Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos

<b>AMEAÇAS</b>				
Abandono	Construção	Agrícola	Agrícola regadio	Pastoreio
Florestal	Areiro	Pântano	Industrial	Pedreira
Erosão marinha	Erosão fluvial	Gado	Outros	Rede viária
Barragem	Aterro	Baldio	Caminho	Agentes erosivos

Vandalismo	Vegetação
------------	-----------

Tabela 18: Indica a presença ou ausência de materiais arqueológicos

<b>MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS</b>	
Presença	Ausência

Tabela 19: Delimitação relativa da área em que se encontram materiais arqueológicos

<b>DISPERSÃO DOS MATERIAIS</b>	
Extensa Pequena	Média Pontual

Tabela 20: Tipo de dispersão dos materiais arqueológicos

<b>TIPO DE DISPERSÃO</b>	
Contínua Concentrada	Dispersa Progressiva

**Local de Depósito** - Localização onde os materiais quando recolhidos são guardados até serem entregues na extensão correspondente da DGPC.

Tabela 21: Referência ao tipo de acesso à Ocorrência Patrimonial

<b>ACESSIBILIDADE</b>		
Via Rápida Estradão	Estrada Nacional Caminho de pé posto	Estrada Municipal Sem acesso

Tabela 22: Caso existam, referencia aos trabalhos arqueológicos pré-existentes em relação à Ocorrência Patrimonial

<b>TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS</b>		
Conservação/Valorização Levantamento	Escavação	Sondagem Prospecção

**Bibliografia** - Bibliografia consultada sobre a Ocorrência Patrimonial.

**Localização Face ao Projecto** - Descrição da localização da Ocorrência Patrimonial em relação ao projecto, indicando-se as relações de proximidade. As distâncias da Ocorrência Patrimonial às unidades de projecto foram medidas em metros sobre a CMP à escala 1: 25 000.

**Descrição** - Descrição da Ocorrência Patrimonial em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões, etc. Assim como a descrição dos materiais identificados durante o trabalho de campo (tipologia, cronologia, quantidade...). Indicação dos materiais arqueológicos móveis recolhidos e a indicação do depósito provisório.

#### **CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL**

(Análise, a mais objetiva possível, a partir dos dados disponíveis da importância da Ocorrência Patrimonial Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”)

**Valor Arqueológico** - Relativo ao seu valor como sítio arqueológico.

**Valor Arquitectónico** - Relativo à importância da arquitectura da Ocorrência Patrimonial encontrada.

**Valor Histórico** - Relativo à importância que pode assumir como documento para a história local/nacional.

**Valor Etnográfico** - Relativo à importância que pode assumir como elemento representativo de técnicas e modos de vida locais ou regionais tradicionais.

**Representatividade** - Relativo ao tipo de contexto e numa escala regional.

**Potencial Científico** - Relativo à importância que pode assumir para a investigação de determinada realidade e período.

**Interesse Público** - Relativo à sua possibilidade de utilização pedagógica junto do

público em geral e escolar em particular.

**Grau de Conservação** - Relativo ao estado de conservação e à especificidade da Ocorrência Patrimonial. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não são recolhidos.

Tabela 23: Hierarquização do interesse patrimonial da Ocorrência Patrimonial no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios: **Elevado**: Imóvel Classificado (Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público, etc) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitectónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, representatividade, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. **Médio**: Ocorrência Patrimonial (arqueológica, arquitectónica, etnográfica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. **Reduzido**: Aplica-se a Ocorrências Patrimoniais que em função do seu estado de conservação, antiguidade, valor científico, arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local não são representativos a nível nacional ou regional. **Sem interesse**: Atribuído a construção actual ou a Ocorrência Patrimonial de interesse patrimonial totalmente destruído. **Indeterminado**: Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros factores impedem a observação da Ocorrência Patrimonial (interior e exterior no caso das construções)

<b>CLASSIFICAÇÃO PATRIMONIAL</b>					
<b>Valor Arqueológico</b>	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
<b>Valor Arquitectónico</b>	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
<b>Valor Histórico</b>	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
<b>Valor Etnográfico</b>	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
<b>Representatividade</b>	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
<b>Potencial Científico</b>	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
<b>Interesse Público</b>	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado
<b>Grau de Conservação</b>	Elevado	Médio	Reduzido	Sem interesse	Indeterminado

### **AVALIAÇÃO DE IMPACTE E MITIGAÇÃO**

(Para além da caracterização e importância da Ocorrência Patrimonial, foi considerado o tipo de Impacte a que a Ocorrência Patrimonial está sujeita, assim como as medidas de Mitigação Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”)

**Magnitude do Impacte** - Corresponde ao grau de afetação de impacte na Ocorrência Patrimonial.

**Área Sujeita a Impacte** - Dimensão do impacte a Ocorrência Patrimonial (salienta-se a importância da definição das áreas de dispersão dos materiais).

**Probabilidade** – Consiste no grau de certeza sobre a existência de impacte sobre a Ocorrência Patrimonial.

**Fase de Ocorrência** – Fase de implantação do projeto em que irá ocorrer o impacte.

**Carácter de Impacte** – O impacte da Ocorrência Patrimonial poderá ser de carácter Direto ou Indireto. Direto quando significa a destruição da Ocorrência Patrimonial em causa, Indireto quando significa a alteração do seu contexto primitivo.

**Tipo de Impacte** - Relativo ao período de tempo de impacte sobre a Ocorrência Patrimonial.

Tabela 24: O grau de afetação do impacte na Ocorrência Patrimonial

<b>AVALIAÇÃO DE IMPACTE</b>					
<b>Magnitude do Impacte</b>	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
<b>Área Sujeita a Impacte</b>	Elevado (≥ 95%)	Médio (≥ 60% < 95%)	Reduzido (≥ 30% < 60%)	Pontual (< 30%)	Indeterminado(0%)
<b>Probabilidade</b>	Certo	Muito provável	Possível	Pouco provável	
<b>Fase de Ocorrência</b>	Construção	Exploração		Desativação	

<b>Carácter de Impacte</b>	Indireto	Direto
<b>Tipo de Impacte</b>	Temporário	Permanente

Mediante os resultados obtidos na Classificação Patrimonial e na Avaliação de Impacte estabeleceram-se diferentes Níveis de Condicionantes que a Ocorrência Patrimonial impõe ao desenvolvimento do projeto, através de parâmetros específicos e objetivos, facilitando a sua inclusão dentro do projeto (Adaptado do Documento de Trabalho – Versão 1 da APA (Associação Profissional de Arqueólogos) “Metodologia de Avaliação de Impacte Arqueológico”).

Tabela 25: Correspondendo às áreas de impacte expostas procedeu-se à definição de uma gradação de condicionantes consequentes

<b>NÍVEL DE CONDICIONANTE</b>	
<b>Nível 5</b>	Condiciona a obra e as ações intrusivas, impondo uma delimitação rigorosa da área protegida até 50m em torno (conforme estabelecido na legislação)
<b>Nível 4</b>	Impacte Severo - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo exaustivo prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de escavação arqueológica da área total afetada
<b>Nível 3</b>	Impacte Moderado - Embora não impeça o prosseguimento do projeto, impõe um estudo de diagnóstico prévio do sítio arqueológico, a necessidade de uma avaliação da área efetiva dos vestígios e a sua aprofundada caracterização, através da realização de sondagens de diagnóstico
<b>Nível 2</b>	Impacte Compatível - Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras
<b>Nível 1</b>	Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto

Por fim, estabelece-se a Medida Minimizadora mais adequada a seguir para cada Ocorrência Patrimonial

Tabela 26: Recomendações a seguir em cada uma das Ocorrências Patrimoniais

<b>MEDIDAS DE MITIGAÇÃO</b>	
<b>Medida de classe A</b>	Em caso de Impacte Severo sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de escavação arqueológica da área total afetada que venha a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica
<b>Medida de classe B</b>	Em caso de Impacte Moderado sobre um sítio arqueológico, preconiza-se a realização de sondagens de diagnóstico em todos os sítios arqueológicos que venham a sofrer um tipo de afetação direta de forma a avaliar a sua relevância científica
<b>Medida de classe C</b>	Prospeção sistemática das áreas classificadas na cartografia como de visibilidade parcial ou nula
<b>Medida de classe D</b>	Prospeção sistemática de toda a área de afetação da Ocorrência Patrimonial antes e depois de se proceder à desmatagem até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais. Realização de memória descritiva da Ocorrência e descrição gráfica
<b>Medida de classe E</b>	Sinalização e vedação com recurso a fita sinalizadora da Ocorrência Patrimonial quando aplicável com afetação indireta para que não sofra nenhum tipo de afetação direta pela circulação de pessoas e maquinaria. É ainda recomendado o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo
<b>Medida de classe F</b>	Devido à localização de difícil acesso e de ficar submersa conforme as marés e por isso não ser possível a vedação e sinalização, recomenda-se o levantamento gráfico e fotográfico exaustivo. Mais se considera que o arqueólogo deverá sensibilizar o empreiteiro para a não afetação durante a empreitada
<b>Medida de classe G</b>	Sempre que a fase de projecto o permita, deverão ser equacionadas, em termos de viabilidade técnica e de custos a alteração ou ratificação do projeto
<b>Medida de classe H</b>	Preservação da Ocorrência Patrimonial em caso de afetação direta, através da sua transferência ou transladação
<b>Medida de classe I</b>	Monitorização e vigilância periódica na fase de exploração (por períodos de pelo 3 anos) do estado de conservação da Ocorrência Patrimonial situada na área de

	incidência do projeto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono da obra e inclui a apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico e comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados
<b>Medida de classe J</b>	Prospecção sistemática da área de escavação antes e depois de se proceder à desmatção até se atingir o substrato rochoso ou os níveis minerais dos solos removidos e acompanhamento arqueológico sistemático e integral de todos os revolvimentos de terras vegetais, com registo fotográfico e gráfico do processo seguido
<b>Medida de classe K</b>	Qualquer demolição ou alteração das ocorrências patrimoniais identificadas carece da realização de uma descrição da Ocorrência, do registo gráfico e fotográfico e acompanhamento arqueológico de qualquer trabalho em fase de construção

## 7.1 Registo Cartográfico

Nas peças desenhadas apresentadas no ponto 8.4, apresenta-se o ponto de localização das fotografias, designadas de FX, onde o X corresponde ao número da fotografia respetiva e identificada abaixo.



F1



**F2**



**F3**



**F4**



**F5**



**F6**

## 7.2 Cópia do ofício de autorização para a realização dos trabalhos



Exmo. Senhor Dr. Artur Jorge Rodrigues Fontinha

afontinha@gmail.com

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Ofício nº	Saída nº 1604390
		Proc. 237901	<b>2325</b>	18/07/2022

**Assunto:** PATA - EIA da Ampliação da Exploração Avícola de Hugo Henrique Figueiredo Baptista - Viseu  
Lugar de Monte do Boi Portela - São Cipriano - Viseu  
**Requerente:** Artur Jorge Rodrigues Fontinha

Venho por este meio informar que por despacho da Sra. Subdiretora Geral da Direção Geral do Património Cultural de 01/07/2022, foi emitido parecer **Favorável** sobre o processo acima referido, de acordo com os termos da informação em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

Pel' A Diretora Regional de Cultura

Doutora Suzana Menezes

Assinado por: **CÁTIA MARISA GONÇALVES  
MARQUES**  
Data: 2022.07.18 22:59:37+01'00'



ANEXO: Inf. Nº S-2022/585078 (C.S:1596704) Cód. Manual nº 1277/2022  
/CP



**Assunto :** PATA - EIA da Ampliação da Exploração Avícola de Hugo Henrique Figueiredo Baptista - Viseu

**Requerente :** Artur Jorge Rodrigues Fontinha

**Local :** Lugar de Monte do Boi Portela - São Cipriano - Viseu

**Servidão**

**Administrativa :**

**Inf. n.º:** S-2022/585078 (C.S.:1596704)

**N.º Proc.:** DRC/2022/18-23/179/PATA/21245 (C.S.:237901)

**Cód. Manual** 1277/2022

**Data Ent. Proc.:** 31/05/2022

---

Subdiretor Geral Maria Catarina Coelho a 01/07/2022

Aprovo.

---

Diretora de Serviços dos Bens Culturais Cátia Marisa Gonçalves Marques a 08/06/2022

Concordo com o parecer favorável proposto.

---

#### 1. ENQUADRAMENTO

1.1 A documentação mencionada em epígrafe reporta-se ao pedido de autorização para a realização de trabalhos de caracterização do património arquitetónico e arqueológico, a inserir no estudo de impacte ambiental do projeto de ampliação da Exploração Avícola de Hugo Henrique Figueiredo Baptista, em Viseu, da responsabilidade do arqueólogo Artur Fontinha.

#### 2. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

2.1 A presente apreciação fundamenta-se nas disposições conjugadas da legislação em vigor, nomeadamente: artigos 74º a 79º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro; Decreto-Lei n.º 115/2012 de 25 de maio; Decreto-Lei 114/2012 de 25 de maio, Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro.

#### 3. ANTECEDENTES

3.1 Não existem antecedentes registados em arquivo.

#### 4. APRECIÇÃO DE ARQUEOLOGIA

4.1 O projeto pretende a construção de um pavilhão destinado a aviário, sito no lugar de Monte Boi, no limite da povoação de Portela, freguesia de São Cipriano e Vil de Souto, concelho de Viseu;



4.2 O Plano de Trabalhos propõe-se a dar cumprimento integral á circular “*Termos de Referência para o Descritor do Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental*”, propondo, entre outras ações:

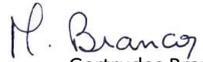
- Consulta bibliográfica e das bases de dados institucionais;
- Análise fisiográfica e toponímica;
- Prospeção arqueológica sistemática da área de afetação do projeto;
- Inventariação e hierarquização da importância científica e patrimonial das ocorrências patrimoniais identificadas;
- Avaliação de impactes patrimoniais e proposta de minimização.

#### 5. CONCLUSÃO

Em face do exposto, propõe-se a emissão de parecer **favorável** à aprovação do requerimento supra mencionado. Do teor desta informação deverá ser dado conhecimento ao requerente e à Câmara Municipal de Viseu.

À consideração superior,

A Técnica Superior

  
Gertrudes Branco, arqueóloga

### 7.3 Ficha de Sítio



#### Ficha de Sítio/Trabalho Arqueológico

(para acompanhar o relatório)

##### Sítio Arqueológico

Designação

Ampliação da Exploração Avícola de Hugo Henrique Figueiredo Baptista

Distrito  Concelho

Freguesia  Lugar

C.M.P. 1:25.000 folha n.º  Altitude (m)

Coordenada X  Coordenada Y

Tipo de sítio \*

Período cronológico \*

Descrição do sítio (15 linhas)

Projeto de construção de um pavilhão, destinado a aviário. Este projeto tem como objetivo principal um aumento da rentabilidade e sustentabilidade da exploração, onde se irá fazer a exploração avícola de crescimento e engorda de frangos.  
Trata-se de um pavilhão que se desenvolve num único piso, com paredes exteriores em painel isotérmico do tipo "sanduíche", material de fácil lavagem e de grande resistência térmica.  
No ano de 2012 procedeu-se ao licenciamento da exploração já existente constituída por dois pavilhões. Sendo considerado apenas uma marca de exploração embora estes sejam considerados dois núcleos distintos uma vez que se encontram separados fisicamente por um caminho público.  
O pavilhão a licenciar será construído paralelamente ao existente neste artigo matricial.

Bibliografia

GIRÃO, Aristides de Amorim (1924) - Monumentos pré-históricos do Concelho de Viseu. In O Arqueólogo Português. Lisboa. 1ª série: 26, p. 282288.  
PIEL, J. M. (1945), Os Nomes Germânicos na Toponímia Portuguesa. Lisboa: Junta de Educação Nacional;  
RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1988), Geografia de Portugal, I- A Posição Geográfica e

Proprietários

Classificação \*

Decreto

Estado de conservação \*  Uso do solo \*

Ameaças \*  Protecção/Vigilância \*

\* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: [www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)



Acessos

Estradão

Descrição do Espólio

Não foi recolhido nenhum espólio.

Local de depósito

**Trabalho Arqueológico Anual**

Arqueólogo responsável Artur Fontinha

Tipo de trabalho \* Prospeção

Datas: de início 28.07.22 de fim 08.08.22 duração (em dias) 8

Projecto de Investigação

Objectivos (10 linhas)

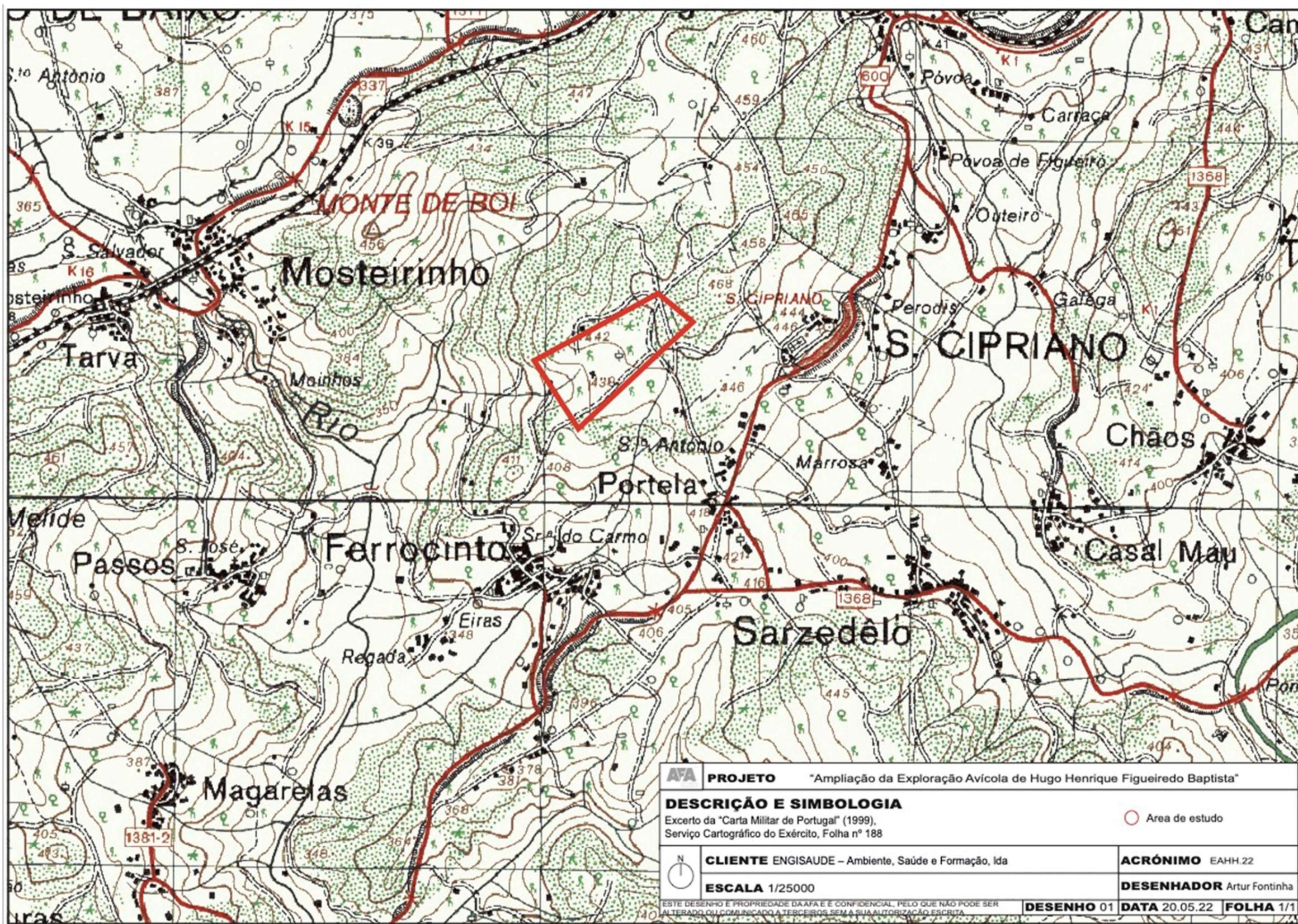
Este relatório pretende efectuar a caracterização da área de intervenção em termos geográficos, paisagísticos, históricos e arqueológicos, e a sua integração num contexto mais alargado, neste caso, a delimitação da freguesia a que pertence a área do projecto em questão, de forma a assegurar a salvaguarda de todos os vestígios de interesse patrimonial identificados. Neste âmbito foram analisadas as áreas de implantação directa e indirecta do projecto.  
Neste Relatório consta um parecer sobre a necessidade de se proceder ao Acompanhamento Arqueológico, ou à necessidade de se implementar quaisquer Intervenções Arqueológicas de Registo Científico em todas as zonas afectas à empreitada.

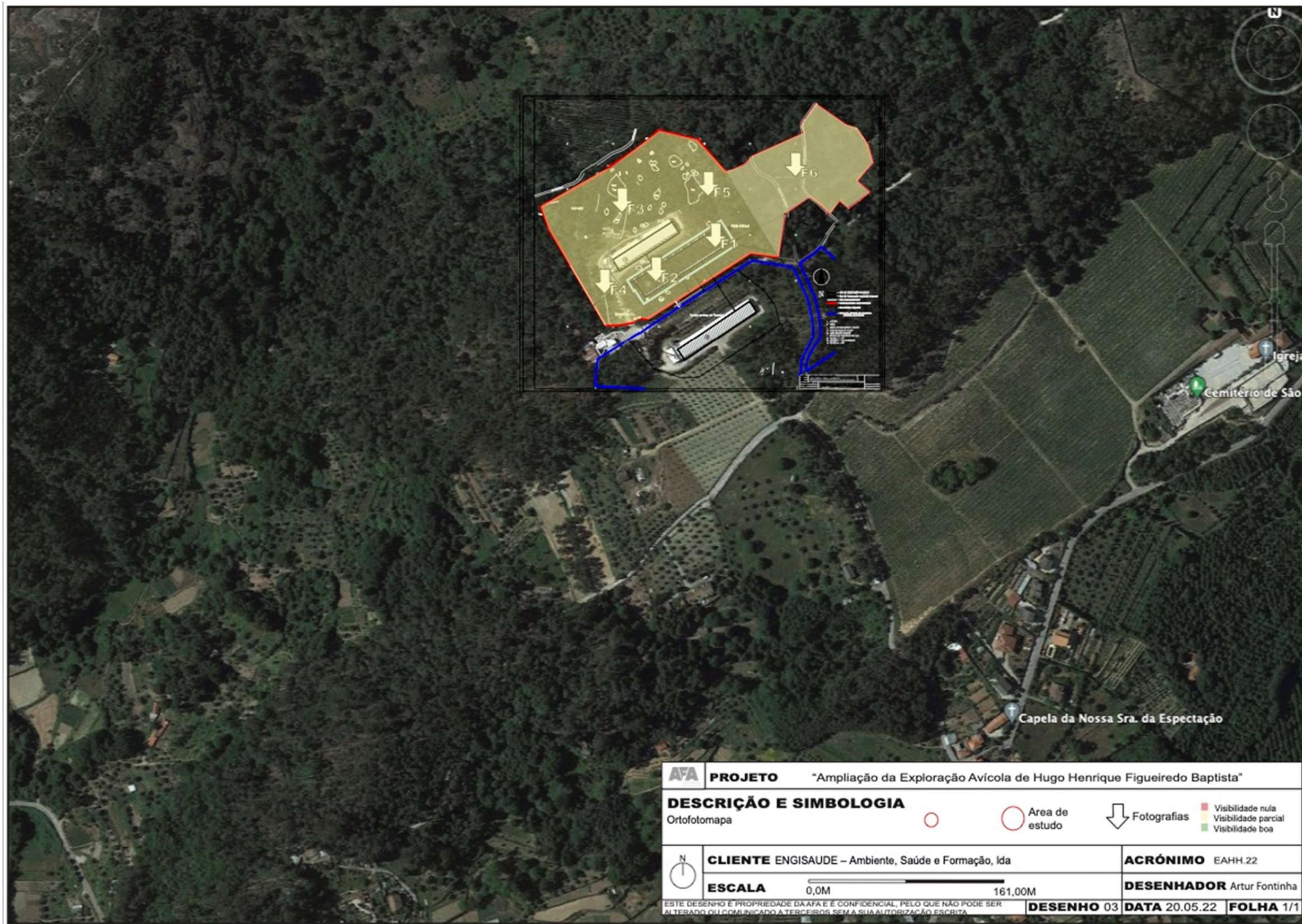
Resultados (15 linhas)

O presente Estudo de prospeção sistemática e de levantamento bibliográfico realizado no âmbito do projeto da "Ampliação da Exploração Avícola de Hugo Henrique Figueiredo Baptista" teve como objetivo a identificação de vestígios arqueológicos e património etnográfico e arquitetónico, que pudessem vir a ser afetados pela execução da obra. A investigação realizada permitiu compreender a dinâmica ocupacional da região e obter o máximo de informações respeitantes aos vestígios de paleocupação humana existentes na zona. Através da pesquisa foi, ainda, possível compreender as principais características histórico-culturais da área de implantação do projeto e da sua envolvente. Comprova-se assim, que a área em estudo pertence a um concelho que teve uma ocupação permanente e de grande importância no contexto histórico do centro de Portugal.  
No estudo bibliográfico e de prospeção não foram identificadas Ocorrências Patrimoniais dentro da área de incidência directa e indirecta.  
Em termos gerais o projeto tem uma condicionante arqueológica de nível 2: Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto, devendo, mesmo assim, ter o devido acompanhamento arqueológico de obras: Por princípio, não resulta em condicionantes ao desenvolvimento do projeto. Pelo que não foram propostas medidas de minimização.

\* Preencher de acordo com a lista do *Thesaurus* do ENDOVÉLICO. Essa lista poderá ser consultada em: [www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)

## 7.4 Registo Cartográfico





## 8 Comprovativos de recolha de Resíduos e Subprodutos

### Declaração de Levantamento de Subprodutos M 2

Empresa Cuniverde Lda, com sede na rua de Sepedelos Nº 997, 4730-030 Atães Vila Verde com NIF 510 345 220 na qualidade de empresa autorizada a recolher subprodutos com registo Nº TRS/13/043/N de categoria 2, cujo destino é a empresa de incineração de subprodutos de nome ITS-S.A. sita em Herdade da palmeira do meio S. José da Lamosa 2100-406 Coruche, com a descarga na unidade de recolha, travessa nova das Alheiras Nº 242 Pedroso Vila nova de Gaia, com nº de autorização NCV-PT- 8069 ,declara que se compromete a recolher os cadáveres correspondentes de categoria M2 da empresa,

Hugo Henrique Figueiredo Baptista, NiF 245 2942899 Marca PTHW4Y9-V com sede, rua principal nº 6 Sarzedelo São Cipriano 3510-736 Viseu, pelo período de (12 meses)  
porrogável se nenhuma das partes denunciar.

Mais declara que na altura do levantamento dos subprodutos, será entregue ao produtor o documento comprovativo do levantamento, no entanto esta declaração só é válida com o respetivo documento (guia ou fatura).

Por ser verdade passo a presente declaração que assino.

Vila verde 28/03/2018 \_\_\_\_\_  
**CUNIVERDE, LDA.**  
A Gerência

## EUROGUANO

Fábrica de Adubos Orgânicos Lda.

---

### DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos legais, EUROGUANO, LDA com o número de identificação fiscal 507452313, empresa que se dedica à comercialização e recolha de subprodutos – estrumes e camas de Aves, com o registo de estabelecimento nº C 8100, se declara que estamos disponíveis para receber nas nossas instalações, em Touro, a totalidade dos estrumes produzidos pela empresa Hugo Henrique Figueiredo Batista, com número de identificação fiscal 245 294 899, e sede em Figueiró.

Touro, 9 de Dezembro de 2021

A Gerência,

  
**EUROGUANO**  
Fábrica de Adubos Orgânicos, Lda  
Contribuinte N.º 507 452 313  
Gerência

(Amândio Morais)

Contribuinte N.º 507 452 313 - Capital Social €50 000 - Matr. C.R. de V.N. Paiva N.º 507 452 313

---

EUROGUANO – Fábrica de Adubos Orgânicos, Lda.

Estrada Nacional nº 329 – Km. 10,5 3650-079 Touro – Vila Nova de Paiva Tml: 932 602 228 – 931 101 645  
e-mail.: euroguano1@sapo.pt

# carbovete

técnica agro-pecuária, lda.

## DECLARAÇÃO

Carbovete – Técnica Agro Pecuária, Lda, sita em Zona Industrial de Vilar de Besteiros, Pavilhão 18, 3465-190 Vilar de Besteiros – Tondela, informa que recepciona os resíduos de embalagens de medicamentos e de produtos de uso veterinário ou não resíduos desses produtos e medicamentos entregues por Hugo Henrique Figueiredo Batista, contribuinte nº245 294 899 com sede em Sarzedo – S. Cipriano, 3510-735 Viseu.

**CARBOVETE**  
Técnica Agro-Pecuária, Lda  
A Garância

(Tiago Carbó)

Vilar de Besteiros, 29 de Março de 2018

---

Zona Industrial de Vilar de Besteiros, Pav. 18 – 3465-190 Tondela  
Tlm: 917 815 390 \* Fax: 232 441 732 \* Telef. Escrit. 232 449 719  
Email: geral@carbovete.pt

Edifício G39  
Rua da Lionesa, 446  
4465-671 Leça do Balio  
Telf.: +351 229 398 300  
Fax: +351 229 377 550

**ferrovial**  
serviços

À AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE  
Rua da Murgueira, 9/9ª - Zambujal  
- Ap. 7585 – 2611 – 865 Amadora

Viseu, 07 de Maio de 2015

**Assunto: Processo de Licenciamento Ambiental de exploração avícola sediada em VISEU**

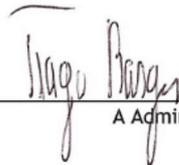
Exmos. Senhores,

Na sequência da V/ solicitação no âmbito do processo de Licenciamento Ambiental de exploração avícola propriedade de Hugo Henrique Figueiredo Baptista, com número de contribuinte 245294899, sediada em VISEU, vimos por este meio declarar que:

Temos capacidade e estamos disponíveis a receber resíduos de papel, vidro, plástico, lâmpadas fluorescentes e economizadores provenientes da referida exploração.

A CESPA Portugal, S.A. é uma referência nacional em prestação de serviços ambientais e em gestão e tratamento de resíduos, estando habilitada a tratar todo o tipo de resíduos.

Certos da Vossa melhor atenção para este assunto, com os melhores cumprimentos



A Administração

CESPA Portugal, S. A. Contribuinte: n.º 503 307 482. Inscrita na C. R. C. Lisboa sob o n.º 11330. Capital Social 5.050.000,00 €  
Sede: Av. Almeida Gago Chardim, 144, 1700-033 LISBOA. Tel.: +351 218 459 390 Fax: +351 218 459 399 E-mail: ferrovial.servicos@ferrovial.com  
Serviços Administrativos e Financeiros: Edifício G39 Rua da Lionesa, 446 4465-671 Leça do Balio. Tel.: +351 229 398 300 Fax: +351 229 377 550

[www.ferrovialservicos.pt](http://www.ferrovialservicos.pt)

## 9 Áreas Regulamentares



 <p><b>MUNICÍPIO DE VISEU</b></p>	<b>Título:</b>	
	<b>Escala:</b> 1 : 25000	<b>Data:</b> 2022-09-23
	<b>Observações</b>	

Legenda na página seguinte...

## Legenda:

Bases Temáticas

Ortoimagens



Cartas Militares Viseu

## Legenda:

PMOT

PDM

### Planta de Condicionantes

#### Carta de Reserva Ecológica Nacional (REN)

 Limite de Freguesia (Fonte: CAOP 2012 da DGT)

#### Rede Rodoviária

 Auto-Estrada Existente

 Itinerário Principal Existente (IP3)

 Itinerário Principal Requalificado (IP5)

 Itinerário Complementar (IC37)

 Estrada Nacional (EN229)

 Estradas Nacionais Desclassificadas - EN2 (Troço entre o Limite de Castro Daire e o IP5 (Nó de Abreses) - EN229 (Troço entre o IP5 (Nó de Satão) e o Km 88+800) e EN231

 Estrada Regional

 Malha Complementar Existente

 Circular Existente

 Radial Existente

 Circunvalação

 Circunvalação Rural

 Outras Vias

 Vias

#### Reserva Ecológica Nacional:

 Albufeiras

 Áreas de Máxima Infiltração

 Áreas com Risco de Erosão

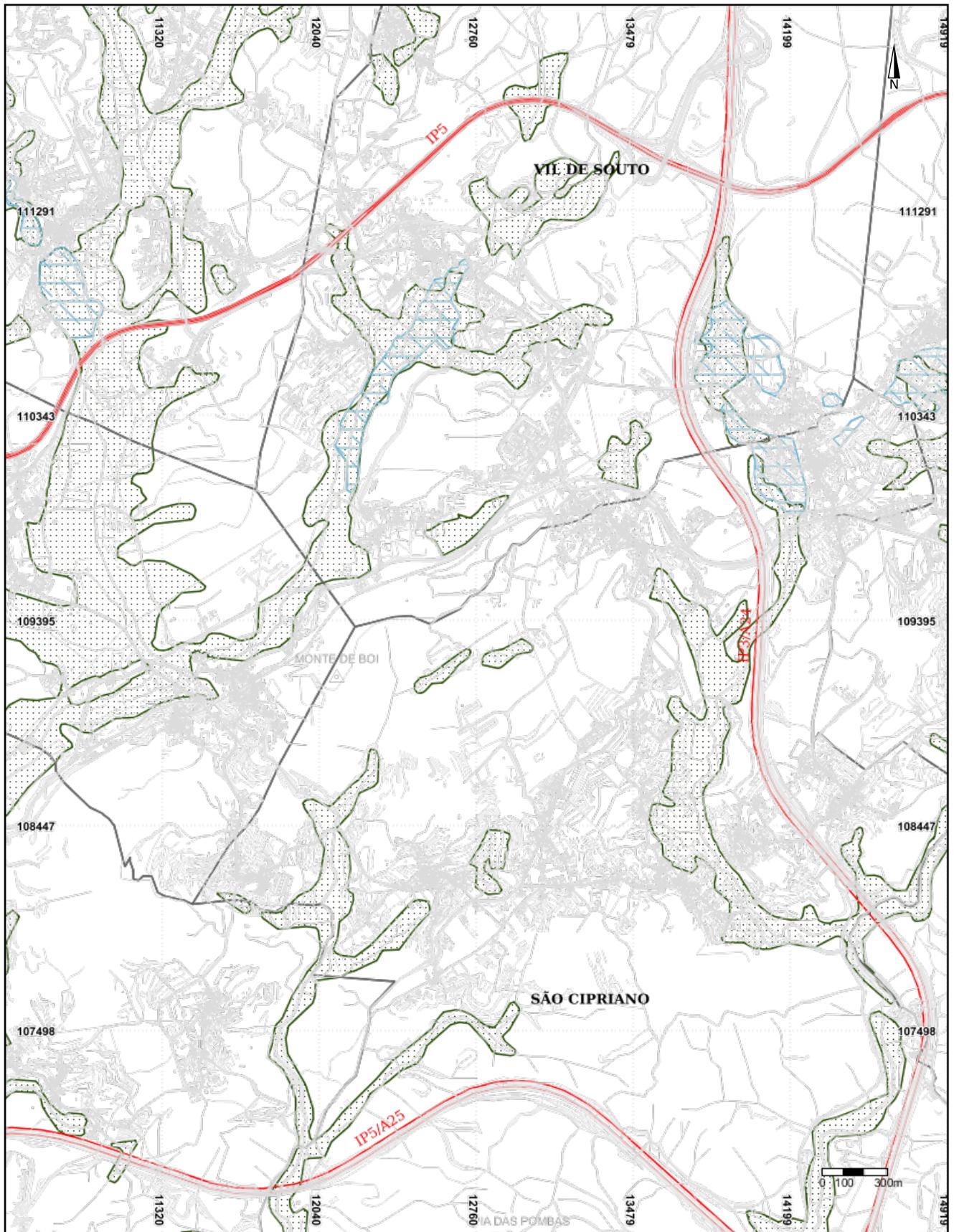
 Cabeceiras das Linhas de Água

 Escarpas e Faixa de Proteção

 Faixa de Proteção às Albufeiras

 Zonas Ameaçadas pelas Cheias

 Leitões e Cursos de Água



 <p><b>MUNICÍPIO DE VISEU</b></p>	<b>Título:</b>	
	<b>Escala:</b> 1 : 25000	<b>Data:</b> 2022-09-23
	<b>Observações</b>	

Legenda na página seguinte...

## Legenda:

PMOT

PDM

### Planta de Condicionantes

#### Carta de Reserva Agrícola Nacional (RAN)

 Limite de Freguesia (Fonte: CAOP 2012 da DGT)

#### Rede Rodoviária

 Auto-Estrada Existente

 Itinerário Principal Existente (IP3)

 Itinerário Principal Requalificado (IP5)

 Itinerário Complementar (IC37)

 Estrada Nacional (EN229)

 Estradas Nacionais Desclassificadas - EN2 (Troço entre o Limite de Castro Daire e o IP5 (Nó de Abreses) - EN229 (Troço entre o IP5 (Nó de Satão) e o Km 88+800) e EN231

 Estrada Regional

 Malha Complementar Existente

 Circular Existente

 Radial Existente

 Circunvalação

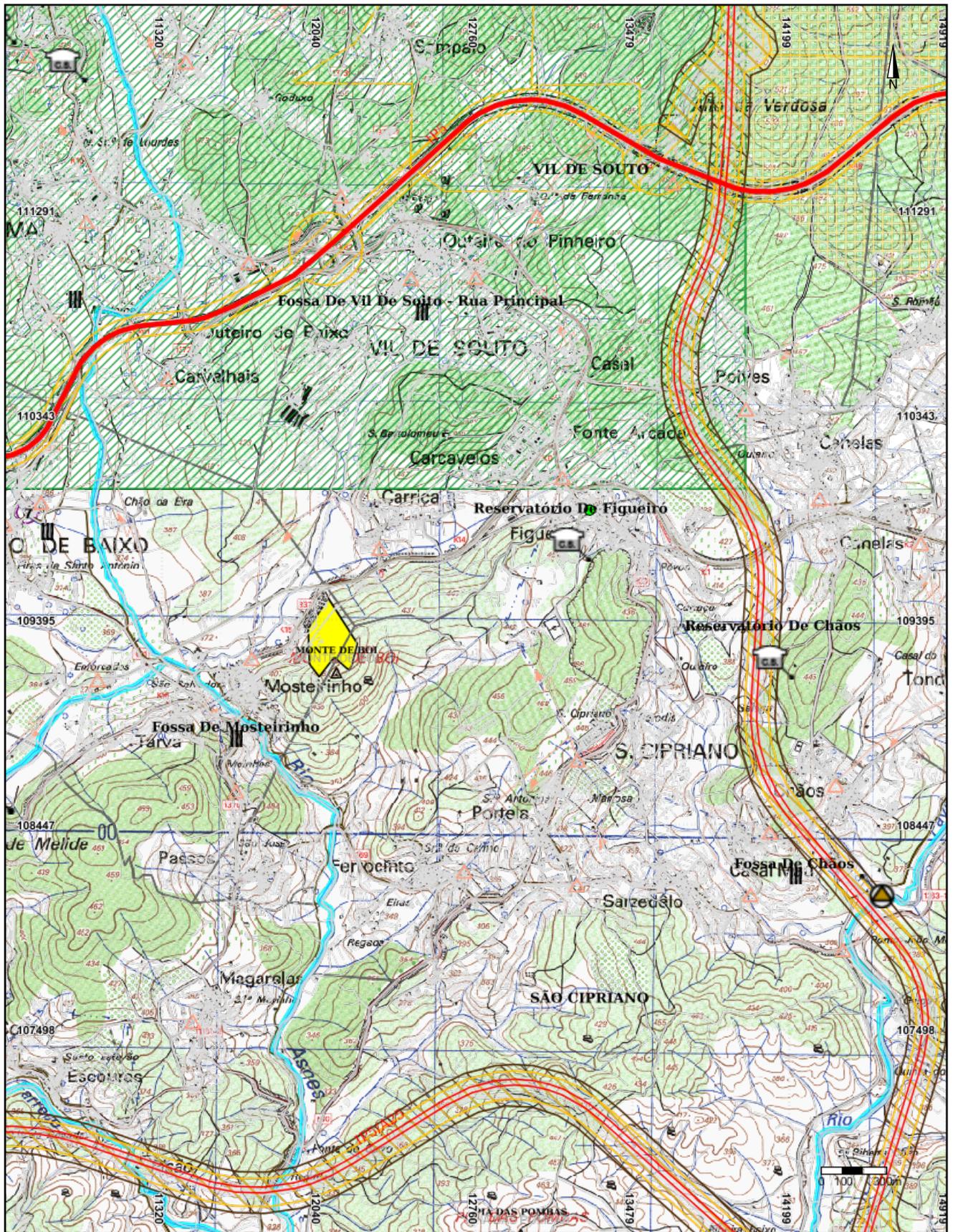
 Circunvalação Rural

 Outras Vias

 Vias

 Reserva Agrícola Nacional (RAN)

 Aproveitamentos Hidroagrícolas (Regadios)



 <p><b>MUNICÍPIO DE VISEU</b></p>	<b>Título:</b>	
	<b>Escala:</b> 1 : 25000	<b>Data:</b> 2022-09-23
	<b>Observações</b>	

Legenda na página seguinte...

## Legenda:

Bases Temáticas

Ortoimagens



Cartas Militares Viseu

## Legenda:

PMOT

PDM

### Planta de Condicionantes

#### Planta de Condicionantes Vários

 Limite de Freguesia (Fonte: CAOP 2012 da DGT)

### Recursos Naturais

#### Recursos Hídricos

##### Domínio Público Hídrico

 Leitos Cursos de Água

#### Albufeiras de Águas Públicas

 Barragens/Açudes

 Barragem Agrícola

 Planos de Água

 Zona de Proteção de Albufeiras Condicionadas

 Zona de Proteção de Albufeiras Protegidas

#### Captação de Águas Subterrâneas

 Captação de Água

 Zona de Proteção de Aquíferos

#### Recursos Geológicos

 Concessão Mineira

 Pedido de Concessão Mineira

 Contrato de Prospeção e Pesquisa

 Concessão de Água Mineral

 Zona Imediata de Proteção de Água Mineral Natural

 Zona Intermédia de Proteção de Água Mineral Natural

 Zona Alargada de Proteção de Água Mineral Natural

 Pedreira

 Pedreiras de Granito

 Área de Salvaguarda de Exploração

 Área Potencial

 Recurso Hidromineral Potencial

 Área em Recuperação

#### Infraestruturas Energéticas

 Estação de Gás

 Gasoduto 1º Escalão

 Aproveitamento Hidroelétrico

#### Recursos Agrícolas e Florestais

 Regime Florestal Parcial

 Árvores de Interesse Público

#### Recursos Ecológicos

 Rede Natura 2000 (Sitio Rio Paiva - PTCO0059)

#### Património

 Património Classificado e em Vias de Classificação

 Zona Especial de Proteção

 Zona Geral de Proteção

#### Equipamentos

##### Edifícios Escolares

 Escola Secundária de Emídio Navarro (Diário do Governo, 2ªsérie, nº199, de 24 de agosto de 1962)

## Defesa Nacional

-  Regimento de Infantaria 14 do Exército Português
-  Comando Territorial da Guarda Nacional Républicana
-  Quartel da Guarda Nacional Républicana-Torredeita
-  Posto de Vigia Florestal - Zona de Proteção de Comunicação Radioelétrica

## Estabelecimentos Prisionais

-  Estabelecimento Prisional Regional de Viseu
-  Estabelecimento Prisional Especial de S. José do Campo
-  Zona de Proteção do Estabelecimento Prisional

## InfraEstruturas

### Abastecimento de Água

-  EE (Estação Elevatória)
-  Reservatório de Água
-  ETA (Estação de Tratamento de Água)

### Sistemas de Infraestruturas de Tratamento de Águas Residuais

-  EE (Estação Elevatória)
-  ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais)
-  Fossa
-  Conduitas

### Rede Elétrica

-  Rede Elétrica (0KV)
-  Rede Elétrica (15KV)
-  Rede Elétrica (30KV)
-  Rede Elétrica (60KV)
-  Rede Elétrica (400KV)
-  Subestação Elétrica
-  Subestação de Transformação
-  Posto de Transformação de Distribuição
-  Apoios de Média Tensão
-  Posto de Seccionamento

### Atividades Perigosas

-  Estabelecimento com Substâncias Perigosas (DL N.º 254/2007)

### Rede Rodoviária

-  Auto-Estrada Existente
-  Itinerário Principal Existente (IP3)
-  Itinerário Principal Requalificado (IP5)
-  Itinerário Complementar (IC37)
-  Estrada Nacional (EN229)
-  Estradas Nacionais Desclassificadas - EN2 (Troço entre o Limite de Castro Daire e o IP5 (Nó de Abreses) - EN229 (Troço entre o IP5 (Nó de Satão) e o Km 88+800) e EN231
-  Estrada Regional
-  Malha Complementar Existente
-  Circular Existente
-  Radial Existente
-  Circunvalação
-  Circunvalação Rural
-  Vias

Zonas de Servidão NON AEDIFICANDI Rede Rodoviária Nacional

 IP3 - Mealhada/Visou

 IC 37 - Visou/Seia

 IP3/A24, IP5/A25 (Edifícios)

 IP3/A24, IP5/A25 (Instalações de Carácter Industrial)

 IP3, IP3/EN2, IP5

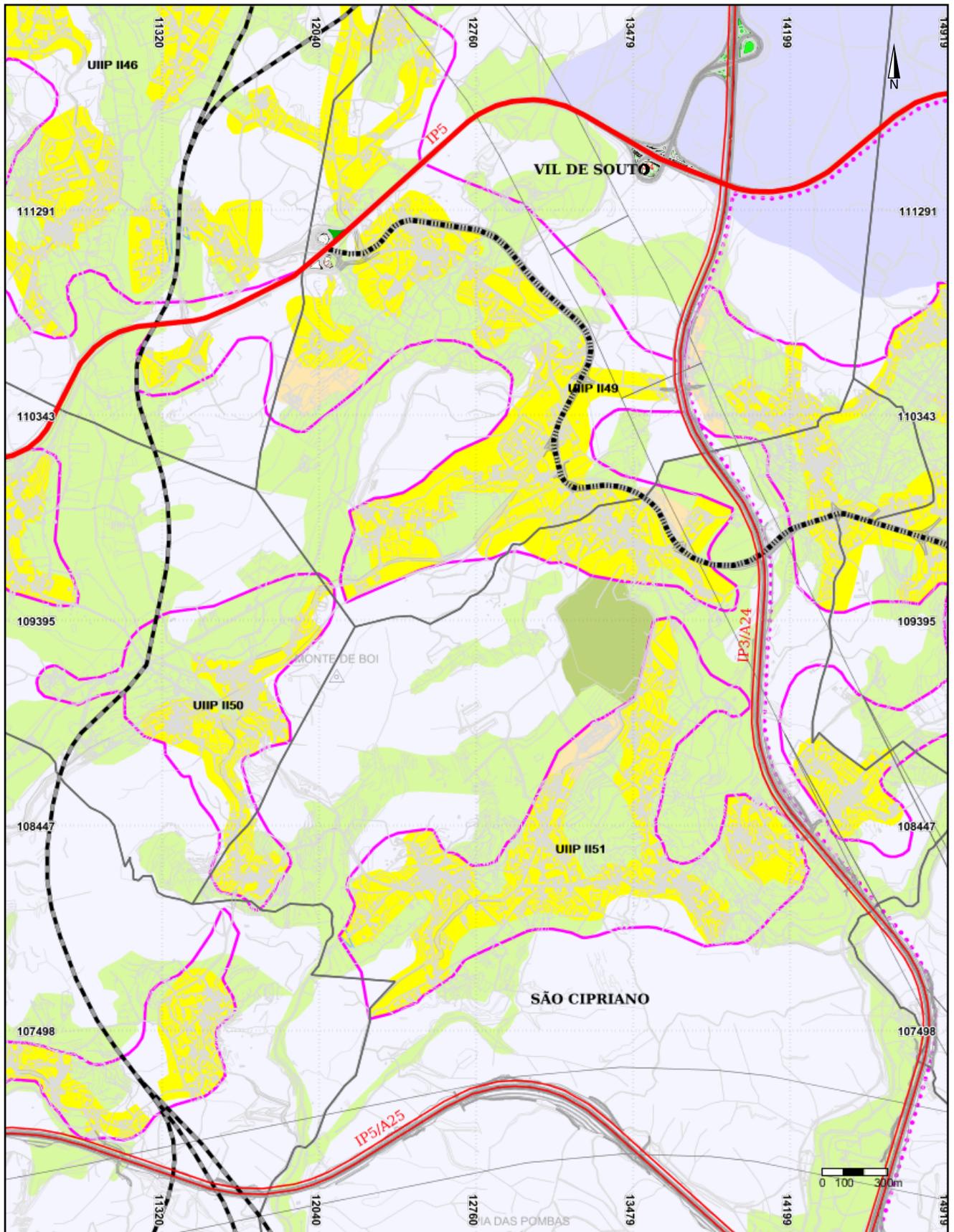
 EN 229 (Troço entre o Limite do Concelho de Satão e o Nó com o IP5/A25)

**Estradas Nacionais Desclassificadas**

 EN2, EN229, EN231 (Edifícios)

 EN2, EN229, EN231 (Instalações de Carácter Industrial))

 Vértices Geodésicos



 <p>MUNICÍPIO DE <b>VISEU</b></p>	<b>Título:</b>	
	<b>Escala:</b> 1 : 25000	<b>Data:</b> 2022-09-23
	<b>Observações</b>	

Legenda na página seguinte...

## Legenda:

Bases Temáticas

Ortoimagens



Cartas Militares Viseu

## Legenda:

PMOT

PDM

### Planta de Ordenamento

#### Classificação e Qualificação do Solo

-  Limite de Freguesia (Fonte: CAOP 2012 da DGT)
-  Limite da Unidade de Intervenção Integrada de Planeamento - UIIP I
-  Limite das Unidades de Intervenção Integrada de Planeamento - UIIPi UIIPii UIIP II
-  Limite das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão - UOPG1 UOPG2 UOPG3 UOPG4
-  Área Sujeita a Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER)
-  Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI)
-  Zonas Inundáveis

#### Solo Urbano

##### Solo Urbanizado

-  Espaço Central
-  Espaços Residenciais
-  Espaços Verdes
-  Espaços de Atividades Económicas (EAE)
-  Espaços de Uso Especial (EUE)

##### Solo Urbanizável

-  Espaços Residenciais
-  Espaços de Atividades Económicas (EAE)

##### Espaços de Uso Especial (EUE)

-  Barragem
-  Turismo
-  Outros
-  Espaços Verdes

#### Solo Rural

##### Solo Rural

-  Espaço Agrícola de Produção
-  Espaço Florestal de Produção
-  Espaço Florestal de Conservação
-  Espaço Florestal Condicionado
-  Espaços Naturais

##### Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos

-  Pedreira
-  Concessão Mineira

##### Outras Categorias do Solo Rural

-  Espaço Cultural
-  Aglomerados Rurais (AR)
-  Áreas de Edificação Dispersa (AED)

##### Espaços Destinados a Equipamentos e Outras Estruturas ou Ocupações Compatíveis com o Estatuto de Solo Rural

-  Barragem
-  Barragem e Zona Condicionada
-  Nível de Pleno Armazenamento de Eventuais Barragens
-  Ecocentro - Estação de Transferência
-  Subestação Elétrica

 Equipamentos e Outras Estruturas

 Zona de Proteção ao Aeródromo Municipal

### Espaços Canais

 Auto-Estrada Existente

 Itinerário Principal Existente (IP3)

 Itinerário Principal Requalificado (IP5)

 Itinerário Principal Complementar (IC37)

 Estrada Nacional (EN229)

 Estradas Nacionais Desclassificadas - EN2 (Troço entre o Limite de Castro Daire e o IP5 (Nó de Abreses) - EN229 (Troço entre o IP5 (Nó de Satão) e o Km 88+800) e EN231

 Estrada Regional

 Circular Externa Concelhia Proposta

 Malha Complementar Proposta

 Circular Existente

 1ª Circular Norte Existente

 1ª Circular Norte Proposta

 1ª Circular Sul Existente

 1ª Circular Sul Proposta

 Circular Proposta

 2ª Circular Proposta

 Auto-Estrada Proposta

 Radial Existente

 Radial Proposta

 Circunvalação

 Circunvalação Rural

 Variante Proposta

 Malha Complementar Existente

 Vias

 Vias de Apoio

 Outras Vias

 Traçados Previstos da Variante à EN.229 (Viseu-Satão)

 Corredores Ferroviários

## Legenda:

PMOT

PDM

**Planta de Ordenamento**

**Carta do Património Arqueológico e Arquitetónico**

 Limite de Freguesia (Fonte: CAOP 2012 da DGT)

 Património Classificado

 Património Arqueológico

 Zona Especial de Proteção

 Zona Especial de Proteção (Proposta)

 Zona Geral de Proteção

## MONUMENTO NACIONAL

### 1 - Edifício do Antigo Seminário actual Museu Grão Vasco (Viseu)

(Decreto n.º 9953, DG n.º171, de 31-07-1924)-  
(ZEP - Portaria, D.G., II Série, nº42, de 19-02-1963)

### 2 - Casa da Rua D. Duarte (Paço da Torre, Casa do Ducado) (Viseu)

(Decreto de 16-06-1910, DG n.º136, de 23-06-1910)  
(ZEP - Portaria, D.G., II Série, nº42, de 19-02-1963)

### 3 - Sé de Viseu (Viseu)

(Decreto de 16-06-1910, DG n.º136, de 23-06-1910)  
(ZEP - Portaria, D.G., II Série, nº42, de 19-02-1963)

### 4- Cava de Viriato (Viseu)

(Decreto de 16-06-1910, DG n.º136, de 23-06-1910)  
(ZEP - Portaria, D.G., II Série, nº48, de 26-02-1970)

### 5- Muralhas e Portas Antigas da Cidade (Viseu)

(Decreto n.º2167, de 24-12-1915, DG n.º265, de 31-12-1915)

### 6- Anta de Mamaltar de Vale de Fachas (Rio de Loba)

(Decreto de 16-06-1910, DG n.º136, de 23-06-1910)  
(Decreto n.º45/93, D.R., I Série B, n.º280, de 30-11-1993)

## IMÓVEL DE INTERESSE PÚBLICO

### 7- Pelourinho de Couto de Baixo (Couto de Baixo)

(Decreto n.º 23122, DG n.º231, de 11-10-1933)

### 8- Igreja de Santo António do Antigo Convento das Freiras Beneditinas (Viseu)

(Decreto n.º 45/93, D.R., I Série-B, n.º280, de 30-11-1993)

### 9- Casa de São Miguel (Viseu)

(Decreto n.º 95/78, D.R. n.º210, de 12-09-1978)

### 10- Pelourinho de Povolide (Povolide)

(Decreto n.º 23122, DG n.º231, de 11-10-1933)

### 11- Anta do Repilau (Couto de Cima)

(Decreto n.º 45/93, D.R., I Série-B, n.º280, de 30-11-1993)

### 12- Anta da Lameira do Fojo 1 (Couto de Cima)

(Decreto n.º 26-A/92, D.R., I Série-B, n.º126, de 1-06-1992)

### 13- Troço de Via Romana entre Ranhados e Coimbrões (São João de Lourosa)

(Decreto n.º 29/90, D.R., I Série, n.º163, de 17-07-1990)

### 14- Troço de Via Romana entre Ranhados e Coimbrões (Ranhados)

(Decreto n.º 29/90, D.R., I Série, n.º163, de 17-07-1990)

### 15- Troço da Estrada Romana de Almargem (Lordosa)

(Decreto n.º 129/77, D.R., I Série, n.º226, de 29-09-1977)

### 16- Conjunto de Quatro Lagares (Vila Chã de Sá)

(Decreto n.º 735/74, DG, I Série, n.º297, de 21-12-1974)

### 17- Casa da Calçada (Viseu)

(Decreto n.º 95/78, D.R. n.º210, de 12-09-1978)

### 18- Casa dos Primes/Solar dos Condes de Prime (Viseu)

(Decreto n.º 95/78, D.R. n.º210, de 12-09-1978)

### 19- Casa de Treixedo/Solar Visconde de Treixedo (Viseu)

(Decreto n.º 95/78, D.R. n.º210, de 12-09-1978)

### 20- Capela de S. João da Carreira (Viseu)

(Decreto n.º 1/86, D.R., I SÉRIE, n.º2, de 3-01-1986)

### 21- Castro de Santa Luzia (Viseu)

(Decreto n.º 67/97, D.R., I Série, n.º301, de 31-12-1997)

### 22- Casa Senhorial apoiada sobre as muralhas de Viseu (Viseu)

(Decreto n.º 41191, DG. n.º162, de 18-07-1957)

### 23- Pelourinho de Barreiros (Barreiros)

(Decreto n.º 23122, DG n.º231, de 11-10-1933)

### 24- Capela de N. Sr.<sup>a</sup> da Vitória, (Viseu)

(Portaria n.º 740-AQ/2012, D.R., II Série, n.º248 de 24-12-2013)

## IMÓVEL INTERESSE MUNICIPAL

### 25- Casa Conselheiro Afonso de Melo (Viseu)

(Despacho da Autarquia em 26-08-02, Edital de 22-04-2004)

### 26- Casa do Loureiro (Silgueiros)

(Despacho da Autarquia em 26-08-02, Edital de 22-04-2004)

### 27- Solar dos Peixotos (Viseu)

(Decreto n.º28/82, D.R., I Série, n.º 47 de 26-02-1982)

## IMÓVEIS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO

### 28 - Capela de N.ª Senhora da Saúde (Repeses)

(Despacho de Homologação de 1-10-1975)

### 29- Casa da Vilela (São João de Lourosa)

(Anúncio n.º 13725/2012, D.R., II Série, n.º 224, de 20-11-2012)

### 30- Igreja Paroquial de Cavernães/Igreja de Santo Isidoro (Cavernães)

(Despacho de homologação de 15-05-2001)

### 31- Convento de Orgens/Igreja de São Francisco do Monte (Orgens)

(Anúncio n.º 13470/2012, D.R., II Série, n.º 187, de 26-09-2012)

## PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

### Nº 1 pa - 137 pa – Sítios Arqueológicos

## Legenda:

PMOT

PDM

### Planta de Ordenamento

#### Carta da Estrutura Ecológica Municipal

 Limite de Freguesia (Fonte: CAOP 2012 da DGT)

#### Espaços Canais

-  Auto-Estrada Existente
-  Auto-Estrada Proposta
-  Itinerário Principal Existente (IP3)
-  Itinerário Principal Requalificado (IP5)
-  Circular Externa Concelhia Proposta
-  Malha Complementar Proposta
-  Circular Existente
-  1ª Circular Norte Existente
-  1ª Circular Norte Proposta
-  1ª Circular Sul Existente
-  1ª Circular Sul Proposta
-  Circular Proposta
-  2ª Circular Proposta
-  Radial Existente
-  Radial Proposta
-  Circunvalação
-  Circunvalação Rural
-  Variante Proposta
-  Malha Complementar Existente
-  Vias
-  Vias de Apoio
-  Outras Vias
-  Traçado Previsto do IC37 (Viseu-Seia)
-  Traçados Previstos da Variante à EN.229 (Viseu-Satão)
-  Corredores Ferroviários

#### Proposta da Estrutura Ecológica Municipal

-  Áreas com Regimes Legais Específicos
-  Rede de Conetividade entre Ecossistemas
-  Corredores Ecológicos
-  Rede Natura 2000
-  Caminho Português Interior de Santiago/Caminho de Fátima
-  Trilho/ Percurso Pedestre
-  Traçado Ecopista - Vouga
-  Traçado Ecopista - Aguieira
-  Traçado Ecopista - Dão

## Legenda:

PMOT

PDM

Planta de Ordenamento

**Carta de Classificação das Zonas Sensíveis e Mistas**

 Limite de Freguesia (Fonte: CAOP 2012 da DGT)

 Zona Mista

 Zona Sensível

 Zona Potencialmente Ruidosa

Zona não Classificada

**Isófonas para o Limite Legal das Zonas Classificadas:**

 Indicador Lden

 Indicador Ln

## Legenda:

PMOT

PDM

### Planta de Ordenamento

#### Planta de Ordenamento Desagregada em Função das Categorias Operativas de Solo Urbano

-  Limite de Freguesia (Fonte: CAOP 2012 da DGT)
-  Limite da Unidade de Intervenção Integrada de Planeamento - UIIP I
-  Limite das Unidades de Intervenção Integrada de Planeamento - UIIPi UIIPii UIIP II
-  Limite das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão - UOPG1 UOPG2 UOPG3 UOPG4
-  Área Sujeita a Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER)
-  Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI)
-  Zonas Inundáveis

### Solo Urbano

#### Solo Urbanizado

-  Espaço Central
-  Espaços Residenciais
-  Espaços Residenciais
-  Espaços Verdes
-  Espaços Verdes
-  Espaços de Atividades Económicas (EAE)
-  Espaços de Uso Especial (EUE)

#### Solo Urbanizável

-  Espaços Residenciais
-  Espaços Residenciais
-  Espaços de Atividades Económicas (EAE)

#### Espaços de Uso Especial (EUE)

-  Barragem
-  Turismo
-  Outros
-  Espaços Verdes

### Solo Rural

-  Espaço Agrícola de Produção
-  Espaço Florestal de Produção
-  Espaço Florestal de Conservação
-  Espaço Florestal Condicionado
-  Espaços Naturais

#### Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos

-  Pedreira
-  Concessão Mineira

#### Outras Categorias do Solo Rural

-  Espaço Cultural
-  Aglomerados Rurais (AR)
-  Áreas de Edificação Dispersa (AED)

#### Espaços Destinados a Equipamentos e Outras Estruturas ou Ocupações Compatíveis com o Estatuto de Solo Rural

-  Barragem
-  Barragem e Zona Condicionada
-  Nível de Pleno Armazenamento de Eventuais Barragens

-  Ecocentro - Estação de Transferência
-  Subestação Elétrica
-  Equipamentos e Outras Estruturas
-  Zona de Proteção ao Aeródromo Municipal

**Espaços Canais**

-  Auto-Estrada Existente
-  Itinerário Principal Existente (IP3)
-  Itinerário Principal Requalificado (IP5)
-  Itinerário Principal Complementar (IC37)
-  Estrada Nacional (EN229)
-  Estradas Nacionais Desclassificadas - EN2 (Troço entre o Limite de Castro Daire e o IP5 (Nó de Abreses) - EN229 (Troço entre o IP5 (Nó de Satão) e o Km 88+800) e EN231
-  Estrada Regional
-  Circular Externa Concelhia Proposta
-  Malha Complementar Proposta
-  Circular Existente
-  1ª Circular Norte Existente
-  1ª Circular Norte Proposta
-  1ª Circular Sul Existente
-  1ª Circular Sul Proposta
-  Circular Proposta
-  2ª Circular Proposta
-  Auto-Estrada Proposta
-  Radial Existente
-  Radial Proposta
-  Circunvalação
-  Circunvalação Rural
-  Variante Proposta
-  Malha Complementar Existente
-  Vias
-  Vias de Apoio
-  Outras Vias
-  Traçados Previstos da Variante à EN.229 (Viseu-Satão)
-  Corredores Ferroviários

## Legenda:

PMOT

PDM

Planta de Ordenamento

Rede Rodoviária Nacional

-  Limite de Freguesia (Fonte: CAOP 2012 da DGT)
-  Auto-Estrada Existente
-  Itinerário Principal Existente (IP3)
-  Itinerário Principal Requalificado (IP5)
-  Itinerário Principal Complementar (IC37)
-  Estrada Nacional (EN229)
-  Estrada Nacional EN229 (Troço entre o IP5 (Nó de Satão) e o km 88+800)
-  Estrada Nacional EN2 (Troço entre o Limite de Castro Daire e o IP5 (Nó de Abreses))
-  Estrada Nacional EN231 entre o IP5/A25 e o Limite do Concelho de Nelas
-  Estrada Regional

## Legenda:

PMOT

PDM

### Planta de Ordenamento

#### Rede Primária de Faixa de Gestão de Combustíveis

 Limite de Freguesia (Fonte: CAOP 2012 da DGT)

#### Espaços Canais

 Auto-Estrada Existente

 Auto-Estrada Proposta

 Itinerário Principal Existente (IP3)

 Itinerário Principal Requalificado (IP5)

 Circular Externa Concelhia Proposta

 Malha Complementar Proposta

 Circular Existente

 1ª Circular Norte Existente

 1ª Circular Norte Proposta

 1ª Circular Sul Existente

 1ª Circular Sul Proposta

 Circular Proposta

 2ª Circular Proposta

 Radial Existente

 Radial Proposta

 Circunvalação

 Circunvalação Rural

 Variante Proposta

 Malha Complementar Existente

 Vias

 Vias de Apoio

 Outras Vias

 Traçado Previsto do IC37 (Viseu-Seia)

 Traçados Previstos da Variante à EN.229 (Viseu-Satão)

 Corredores Ferroviários

#### Rede Primária de Faixa de Gestão de Combustíveis

 Rede Primária de Faixa de Gestão de Combustíveis